

Novembro de 2012

Vidas Alagadas

Fragmentos da história submersa dos atingidos pela Barragem de Candonga

Thiago Alves

Sumário

Lista de Siglas.....	03
Dedicatória.....	04
Prefácio.....	05
Introdução - Um dia de festa entre a euforia e o protesto	09
Capítulo I - um passeio nas águas e na história.....	17
Capítulo II - No meio do caminho tinha um muro	23
Capítulo III - No meio do caminho tinha gente.....	32
Procura-se uma resposta: o desaparecimento de João Caetano dos Santos.....	35
Davi contra Golias: a vez do gigante.....	40
A Nova Soberbo: o resultado de uma promessa.....	49
A narrativa dos esquecidos.....	58
Capítulo IV - Barragens no Brasil: energia para que e para quem?.....	67
Barragens: lucro de grandes empresas e violação sistemática dos direitos.....	68
Violação de direitos na construção de barragens no Brasil: uma questão estrutural.....	71
Os atingidos por barragens em luta.....	74

Lista de siglas

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica

CEAS – Conselho Estadual de Assistência Social

COPAM - Conselho de Política Ambiental

CVRD - Companhia Vale do Rio Doce PCH

EPP - Energia Elétrica Promoção e Participações Ltda.

EIA - Estudos de Impacto Ambiental

FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente

LI - Licença de Instalação

LO - Licença de Operação

LP – Licença Prévia

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MME - Ministério de Minas e Energia

NACAB - Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens

ONU - Organizações das Nações Unidas

PAS – Plano de Assistência Social

PCH – Pequena Central Hidrelétrica

PRE – Programa de Reativação Econômica

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

TJMG - Tribunal de Justiça de Minas Gerais

UFV - Universidade Federal de Viçosa

UHE – Usina Hidrelétrica

Dedicatória

Para Neuza Moreira Soares e Milton Moreira da Silva, que me educam na convivência com o diferente, na prática da solidariedade e no respeito ao trabalho e aos trabalhadores e trabalhadoras.

Para Lucas Alves da Silva e Theodoro Felipe da Silva. Nossas diferenças nos fazem cada dia mais unidos, mais irmãos.

Aos incontáveis amigos e amigas que me acompanharam nestes anos de graduação.

Na academia, me ensinaram a ser melhor. Vide Gustavo Paravizo, Rodrigo Castro, Rayza Fontes, Daniel Fernandes e Ernane Rabelo, professor orientador deste trabalho, a quem agradeço de forma especial.

Na militância política, me ensinaram a acreditar em algo maior que nós mesmos, a lutar cotidianamente pela utopia como sonho que dá sentido à vida. A crer que esta sociedade não tem nada a nos oferecer e que é preciso construir outra. Foram tantos e tantas que me ensinaram a ser melhor que não ousou citar nomes...

Ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e a Via Campesina, que me fazem estar ao lado da classe trabalhadora. Nela, me descubro; com ela, sobro, mas, sobretudo, com ela, luto. Homens e mulheres, lutadores do campo e da cidade, cujas lágrimas de sofrimento e esperanças me ensinam que é preciso crer nos nossos sonhos e colocá-los, em prática, sem hesitação.

Prefácio

Este livro é o resultado de três compromissos políticos. O primeiro, com o jornalismo praticado sob o primado do respeito aos direitos humanos, no seu sentido mais amplo, e do comprometimento com as lutas sociais do seu tempo. Que é forjado diariamente no esforço da elaboração de novos formatos que expanda as possibilidades de uma leitura mais abrangente do mundo e possibilite o aprofundamento de diferentes concepções e entendimentos.

O jornalismo é uma forma privilegiada de narrar o mundo, de contar histórias, apresentar personagens, sendo, ao mesmo tempo, instrumento de difusão de uma determinada forma de compreender a história e o resultado desta compreensão, tanto na forma quanto no conteúdo. Há que se fazer com que as visões não hegemônicas também ocupem as páginas e as telas, que tenham sua oportunidade de dizer, de serem ouvidas, podendo, assim, serem fontes de posições genuinamente transformadoras.

Um segundo compromisso está com a universidade pública e gratuita. Esta que me acolheu nos últimos quase cinco anos. Que me deu abrigo, alimentação, biblioteca, espaço de lazer e diversão; remunerou professores e servidores que contribuíram na minha formação; que me diplomou. Tudo pago com dinheiro dos trabalhadores e trabalhadores através dos impostos recolhidos pelo Estado. É preciso respeitar esta instituição, sobretudo, porque ela pertence ao povo e para ele deve ser mantida e cuidada, desde os gramados e jardins até às pesquisas mais avançadas da biotecnologia e da engenharia genética. Tudo isso deve estar a serviço da transformação da história permitindo a melhoria da qualidade de vida dos verdadeiros donos do conhecimento.

Ao povo, segue meu compromisso especial. Não ao povo tomado como uma “entidade folclórica idealizada” em oposição ao “mundo acadêmico”. Refiro-me as pessoas comuns que moram na zona rural e nos grandes centros urbanos, aos homens e mulheres que vivem do seu trabalho e lutam diariamente para conquistar a terra, a alimento, a moradia, o lazer, a cultura, a dignidade. Esse povo é o verdadeiro protagonista da história, a fonte do conhecimento por excelência. Não por pura dedicação a pesquisa, mas porque, para sobreviver, a vida o obriga a se inventar e reinventar todos os dias.

Vidas alagadas é o esforço de sintetizar estes compromissos que busquei colocar em prática na militância no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e na Via Campesina, organizações das quais participo deste o início da graduação. Aqui se

respeita a factualidade e a precisão das fontes, mas inexistente a imparcialidade. Cada letra tem como objetivo defender um lado específico, os dos que foram ultrajados, tiveram seus direitos negados, ficaram no prejuízo e com a memória da humilhação. E também dos que se indignaram e resolveram se organizar e resistir contra a tirania de empresas e governos que ignoram os direitos do povo.

Ao jornalista cabe mergulhar neste universo popular de trabalho, criatividade e contradições. É ele que permitirá sermos profissionais de inteligência e caráter. Se assim não fizermos, corremos o risco de, dentro de uma carreira considerada bem sucedida, sermos apenas monótonos repetidores de ideias alheias. Seremos narradores sem personalidade.

Thiago Alves, novembro de 2012

Sobradinho

Sá e Guarabira

*O homem chega, já desfaz a natureza
Tira gente, põe represa, diz que tudo vai mudar
O São Francisco lá pra cima da Bahia
Diz que dia menos dia vai subir bem devagar
E passo a passo vai cumprindo a profecia do beato que dizia que o Sertão ia alagar*

*O sertão vai virar mar, dá no coração
O medo que algum dia o mar também vire sertão*

*Adeus Remanso, Casa Nova, Sento-Sé
Adeus Pilão Arcado vem o rio te engolir
Debaixo d'água lá se vai a vida inteira
Por cima da cachoeira o gaiola vai, vai subir
Vai ter barragem no salto do Sobradinho
E o povo vai-se embora com medo de se afogar.*

*Remanso, Casa Nova, Sento-Sé
Pilão Arcado, Sobradinho
Adeus, Adeus...*



Placa instalada pelo Consórcio Candonga próximo à entrada do reassentamento Nova Soberbo.

Foto: Thiago Alves

Introdução

Um dia de festa

entre

a euforia e o protesto

O pior governo é o que exerce a tirania em nome das leis e da justiça.

Barão de Montesquie

A euforia

Embora ainda fosse inverno, um céu ensolarado anunciava uma terça-feira de muito calor. Por ali não se respeitava as estações. A manhã tinha sido de intensa névoa na região, mas a primavera começaria em algumas semanas, e o sol já se anunciava com grande esplendor. Naquele dia, dezenas de pessoas se acotovelavam preocupadas em

encontrar sombra e abrigo. O sol incomodava, mas todos estavam felizes. Era um dia de festa. A inauguração da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves, construída no Rio Doce pelo Consórcio Candonga, associação feita entre a mineradora então chamada Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a Novelis Inc., grande empresa indiana do ramo da siderurgia.

Um dos maiores eventos já ocorridos naquela pequena parcela da Zona da Mata de Minas Gerais entre os pacatos municípios de Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce. Distintas autoridades que ostentavam sorrisos intermináveis dividiam espaço com fotógrafos, jornalistas, secretários de estado, secretários municipais, funcionários públicos de todas as esferas, correligionários, seguranças, faxineiros, entre outros curiosos. Era o dia 30 de agosto de 2005.

Autoridades

Em destaque um jovem governador no seu primeiro mandato. Um homem de 45 anos, vestindo calça escura e camisa social branca, com as mangas compridas dobradas acima do pulso. No braço esquerdo, um relógio à vista. Aécio Neves, membro do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), destacou a importância daquela obra para o desenvolvimento do Estado, a geração de emprego, o progresso social. Agradeceu às duas grandes empresas responsáveis por aquela magnífica construção e pela homenagem feita a sua avó Risoleta Guimarães Tolentino Neves.

Nascida no ano de 1917, na cidade mineira de Cláudio, Risoleta Guimarães conheceu Tancredo Neves em São João Del Rey quando ele ainda estava no início de sua carreira política. Casaram-se em 1938 e tiveram três filhos, entre eles Inês Maria, mãe do então governador mineiro e atual senador da república.

Risoleta morreu em 2003, no Rio de Janeiro, embora nunca tenha chegado a ser oficialmente primeira-dama do Brasil, visto que o marido sendo eleito não tomou posse devido à morte prematura, é uma mulher muito prestigiada. Além da Usina, dá nome ao um hospital em Belo Horizonte, ao um Centro de Atendimento ligado à Superintendência de Políticas de Proteção de Direitos do governo mineiro, a uma fazenda experimental da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), em São João Del Rey, a um Coral de Meninas na capital e a um espaço de shows em Vespasiano.

Assediado pela imprensa, Aécio exaltou o sucesso do seu governo, o crescimento dos indicadores sociais, o equilíbrio nas contas públicas. Sua popularidade era considerável, inédita para um político naquele posto em terras mineiras. Em outubro

de 2006, seria reeleito para mais um mandato como governador com 75% dos votos no primeiro turno.

Os políticos da região, embora menos badalados, estavam igualmente extasiados pela participação no evento. Entre eles Carlos Guiduci Soares, o Carlinhos, prefeito da cidade de Rio Doce entre os anos de 2000 e 2008, membro do Partido dos Trabalhadores (PT). Vestia camisa escura com botões brancos em evidência.

Descerrou a placa com satisfação. Em seu discurso, pediu permissão para usar a poesia de Geraldo Vandré: “Sem falar de flores”. Destacou os avanços da sua gestão a frente da municipalidade de Rio Doce. Condenou os mandatos passados apontando-os como corruptos e sem o menor compromisso com a vida pública. As críticas foram duras denunciando a reação opositora dos que tinham perdido “o cruel domínio sobre os mais carentes da cidade”.

De Vandré para Lula, Carlinhos enalteceu os ideais de Luís Inácio Lula da Silva, ex-operário, eleito Presidente da República com ampla votação no segundo turno das eleições de 2002 pelo mesmo Partido dos Trabalhadores, agradecendo ao Consórcio pelas obras conseguidas para a cidade como a construção da estação de tratamento de água e esgoto e da Policlínica Municipal de Saúde.

Outro chefe de executivo municipal também acompanhava a inauguração. Geraldo Aquino Filho, membro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e prefeito de Santa Cruz do Escalvado. Este também estava de camisa social branca, mas com as mangas curtas até pouco abaixo do ombro. Mostrou-se igualmente entusiasmado com a construção da Usina Hidrelétrica. Ao Consórcio, agradeceu pelas inúmeras benesses trazidas à cidade de Santa Cruz: reformas do ginásio poliesportivo, campo de futebol e centro comunitário, além de melhorias nas estradas e no calçamento de ruas. Também agradeceu pelo apoio nas grandes enchentes que atingiram a cidade nos anos de 2002 e 2004.

Ao jovem governador presente, parabenizou pelo “déficit zero” então anunciado pelo governo como parte do Choque de Gestão, uma política estadual de diminuição de gastos, demissões e racionalização dos serviços públicos, o qual diminuiu número de secretarias e implementou novos modelos de gestão.

Do presidente Lula, Geraldo também tomou emprestadas algumas palavras insistindo não haver como negar que a economia brasileira estava blindada, e as instituições trabalhavam em plena normalidade.

Além das autoridades políticas, os representantes empresariais demonstravam grande satisfação. Roger Agnelli, um eminente executivo então com 46 anos, cabelos pretos e vestindo camisa social branca de mangas compridas, funcionário entre 1981 e

2000 do Banco Bradesco, aonde chegou a diretor-executivo. Em 2001, assumiu a presidência da CVRD, a qual havia sido comprada quatro anos antes pelo banco, no processo de privatização de Fernando Henrique Cardoso. Ficou no comando da empresa até 2011. Ao seu lado Cláudio Campos, então diretor de Energia da Novelis, cerca de 50 anos, único de barba e óculos entre os inaugurantes.

A fala de ambos insistiu na mesma idéia. Comemoraram os números da Usina: 95 milhões de dólares investidos, 140 megawatts de potência instalada, reservatório de 286 hectares, tudo para abastecer unidades das empresas em Minas Gerais, no Espírito Santo e na Bahia.

Ausência do Presidente

A insistência dos *inaugurantes*, em emprestar do então presidente Luís Inácio Lula da Silva frases e chavões, reside no fato de que tendo sua presença confirmada até algumas horas antes, o mesmo não compareceu à cerimônia. Durante as semanas que antecederam o evento, havia grande expectativa da presença de Lula na região. Os correligionários do presidente, membros de partidos aliados ou simpatizantes em geral estavam entusiasmados com tal acontecimento. Lula tinha estado na região antes de ser eleito, sem ser acompanhado de todo o cerimonial obrigatório de uma autoridade presidencial e pôde conversar com todos bem de perto. Era outra época que deixou saudades naqueles que vêem, no presidente-operário, um mito da história brasileira.

Dia 29 de agosto, no meio de tarde, tais esperanças desvaneceram porque o Palácio do Planalto desmarcou a agenda sem dar explicações públicas sobre o motivo. Para tristeza dos que o aguardavam.

O protesto

Enquanto reinava a euforia entre os presentes à cerimônia de inauguração; em uma confraternização, acompanhada com grande atenção por jornalistas e outros interessados, sob o mesmo o sol escaldante, um grupo se aglomerava na parte externa da propriedade do Consórcio Candonga. Eram cerca de 60 pessoas. Entre eles um rapaz de camisa branca e mochila nas costas; um senhor de 60 anos, de chapéu e uma blusa de frio jogada sobre os ombros; mulheres de variadas faixas etárias; crianças; um padre. Alguns seguravam faixas com frases endereçadas à Alcan e à Vale. Outros colocavam em evidência a bandeira do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Todos eram observados, com bastante atenção por um grande número de policiais militares, rodoviários e membros da guarda privada da Usina. Trabalhadores

acostumados a situações de risco e agora estavam diante de pessoas que não representavam o menor perigo visto que a única arma que usavam era a voz, os gritos de ordem. Nem os instrumentos de trabalho como foice e martelo tinham em mãos. Tal era receio que os agentes de segurança impediram a passagem de estudantes da Universidade Federal de Viçosa (UFV) que acompanhavam o grupo em solidariedade à manifestação.

Estes manifestantes contrastavam em todas as medidas com o tom eufórico das autoridades. Em oposição à roupa social predominante no evento, ali estavam homens e mulheres vestidos em trajes modestos. Transpareciam pobreza, que embora encarada com grande dignidade, demonstrava um desalento típico dos que vagueiam cansados. Expulsos do seu lugar de origem pela seca impiedosa ou pela água que invade, destrói e alaga. Ali eram homens e mulheres que estampavam, nos olhos, a perplexidade e a revolta.

Os que, naquele dia, empunhavam a bandeira do MAB, enquanto o Consórcio fazia sua festa, acusavam as empresas construtoras de desrespeitar os direitos dos atingidos, apontavam problemas nos reassentamentos construídos para os saídos das suas terras, sobretudo no lugar chamado Novo Soberbo. Lembrava os transtornos nas comunidades de Jerônimo, Marimbondo e Santana do Deserto, esta que não havia sido incluída em nenhum processo de negociação e cujos moradores sofriam com a perda das terras agricultáveis e com as variações do lago da barragem.

Denunciavam o Estado, os governos e as suas instituições por serem coniventes com as muitas irregularidades no processo de construção da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves. O MAB ainda divulgou em nota críticas contundentes ao modelo de desenvolvimento baseado na privatização dos bens naturais, não raro utilizando-se de força policial para atingir seus objetivos.

Para nenhuma surpresa dos que acompanhavam todas as movimentações daquele dia, o Jornal *Folha de Ponte Nova*, periódico editado na maior cidade desta micro-região e um dos pólos da Zona da Mata, em sua cobertura dos eventos destacava que havia poucas pessoas na manifestação e que a presença dos atingidos “nem foi notada pelas autoridades”. Porém, como era de conhecimento de todos, ali estava a explicação não divulgada publicamente para a ausência do Presidente da República. O Palácio do Planalto não queria se expor a um ambiente de protesto.

Uma curiosidade se instala

Este misto de euforia e protesto gera confusão em quem reconta os fatos quase sete anos depois do ocorrido. Uma controvérsia está criada. Se para os políticos locais e eminentes autoridades estaduais a obra significou desenvolvimento e progresso, não é o que diziam as vozes tímidas em protesto. Algo estava fora de sintonia. Uma curiosidade se instala. Quem foram estas pessoas e por que estavam ali disputando atenção com as autoridades estabelecidas?

Sendo ou não considerada, o fato é que a presença destes homens e mulheres entre jovens, anciãos e crianças, denunciava que nas águas represadas no Rio Doce havia mais que um belo espelho d'água. Casas, lavouras, costumes, tradições, laços familiares, igrejas, gente: tudo estava inundado.

No protesto e na memória de todos, também estava João Caetano dos Santos, o “Gabundo”, atingido que desapareceu de forma misteriosa durante a construção. Seu corpo nunca foi encontrado e nenhuma explicação satisfatória foi dada pelas autoridades policiais e pelos responsáveis pelo Consórcio Vale e Novelis. No entusiasmo dos que prestigiavam a inauguração, sequer uma palavra.

Uma tragédia tornada invisível

A invisibilidade daqueles que têm suas vidas radicalmente transformadas por grandes empreendimentos como este é algo que instiga e provoca. Se as autoridades sequer notaram a presença daqueles manifestantes, o que dizer dos grandes meios de comunicação. A sociedade continua sem ver na primeira página esta realidade repetida tantas vezes nos mais variados lugares.

Quem usa o computador, liga a televisão ou simplesmente acende a lâmpada em seu quarto, raramente imagina de onde vem ou de qual fonte é produzida a eletricidade que permite aquele conforto. Tão pouco se pergunta diante de uma grande mineração ou siderurgia em funcionamento: no movimento de tantas máquinas e pessoas que trabalham dia e noite, haverá sangue e dor sendo transportado?

Este livro quer fazer o leitor penetrar nesta realidade invisível onde vidas alagadas movem turbinas e geram “energia elétrica sustentável” para uso privado de grandes transnacionais. Busca apresentar como estas empresas se posicionam diante das famílias, se comportam diante do Estado e dos atingidos organizados.

Retrata os perfis humanos que foram esquecidos, mostrando personagens que trazem em suas histórias mais do que o relato dos prejuízos materiais, mas, sobretudo, a memória da violência simbólica, da negação da dignidade, do desrespeito. A maioria até hoje esperam que suas pendências sejam resolvidas.

O texto também aborda se o que foi denunciado há sete anos está superado, resolvido, como as questões relacionadas ao reconhecimento dos prejuízos, as indenizações, ao acesso a terra, a moradia e a água potável, por exemplo. Por aqui a sociedade terá acesso a informações sobre os diversos aspectos, fatores e contradições que envolvem a produção de algo que é fundamental para todos no mundo contemporâneo: a energia.

A descoberta dos mecanismos que permitem provocar uma corrente elétrica bem como seu uso para dinamizar as atividades humanas é um dos motivos que permitiram as transformações vistas durante todo o século XX e que criaram um processo, sobre a égide do capitalismo, de acelerado desenvolvimento tecnológico jamais visto na história. Sem *energia elétrica* seguramente seria impossível grande parte do desenvolvimento científico e tecnológico operado nas mais diversas áreas do conhecimento humano bem como todo o volume de riqueza gerada no último século. A face do mundo seria completamente diferente do que nós conhecemos hoje.

Esta *energia*, fruto do trabalho e pesquisa de muitos homens e mulheres ao longo do tempo, é hoje tema que está no cerne da redefinição da geopolítica mundial e na discussão sobre a sustentabilidade e o futuro no planeta, além de estar no centro de um debate em que empresários, acadêmicos, governos e trabalhadores disputam diferentes conceitos e projetos de sociedade.

Um passo fundamental para entender esta disputa é adentrar neste ambiente tornado invisível, a vida dos atingidos pela UHE Risoleta Neves, que é a vida dos atingidos por barragens pelo Brasil afora. Cada linha deste trabalho pretende passear pela vida desse povo enquanto relaciona com dados históricos e informações do cenário econômico e político nacional e internacional que ajudam a penetrar nas estranhas contradições desta sociedade onde riqueza e miséria convivem tão próximas.

I
*Um passeio
nas águas
e na história*

*O rio que fazia uma volta
atrás da nossa casa
era a imagem de um vidro mole...*

*Passou um homem e disse:
Essa volta que o rio faz...
se chama enseada...*

Não era mais a imagem de uma cobra de vidro

*que fazia uma volta atrás da casa.
Era uma enseada.
Acho que o nome empobreceu a imagem.*

Manuel de Barros

A Bacia do Rio Doce

O Rio Doce, onde está instalada a Usina Hidrelétrica Risoleta Neves, é fruto da confluência do Rio do Carmo e do Rio Piranga na divisa das cidades de Ponte Nova e Barra Longa na região da Zona da Mata mineira. Sua bacia hidrográfica possui uma extensão de 83.400 km² e suas águas banham total ou parcialmente terras onde moram mais de 3 milhões de pessoas. Atravessa 202 municípios, em Minas Gerais, e 26, no Espírito Santo, até atingir sua foz na Vila Regência, distrito de Linhares. Seus principais afluentes até a foz são, na margem esquerda, os rios Piracicaba, Santo Antônio, Suaçuí Grande, Pancas e São José e, na margem direita, os rios Casca, Matipó, Caratinga-Cuieté, Manhauçu, e o Rio Guandu no território capixaba.

As cidades que compõem esta Bacia possuem atividades econômicas importantes que contribuem decisivamente para a riqueza produzida em Minas e no Espírito Santo. A agricultura, predominante nos municípios com menos de 20 mil habitantes, mais de 90 % do total, é marcada pela pecuária de leite e corte, pela suinocultura, lavouras de café e cana-de-açúcar e pela produção de cacau e hortifrutigranjeiros.

Há também destaque na produção industrial. Grandes empreendimentos de siderurgia, metalurgia, mecânica, química, álcool, têxtil, curtume, papel e celulose e indústria alimentícia estão instaladas nesse território. Destaque para Ipatinga e a região do Vale do Aço onde estão sedes de grandes empresas internacionais deste ramo como Acesita e Usiminas.

Na mineração, esta região foi palco de iniciativas pioneiras como a CVRD, criada por meio de decreto do presidente Getúlio Vargas, no ano de 1942. Ainda, na atualidade, há intensa produção mineral de ferro, ouro, bauxita, manganês, rochas calcáreas e pedras preciosas além do garimpo artesanal que, durante muito tempo, foi importante atividade econômica em diversas cidades.

Poder para gerar energia

Em termos de potencial hidroelétrico, a Bacia do Rio Doce tem uma expressiva capacidade. Em 2005, havia 73 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) construídas totalizando 1.785,5 mw instalados e 08 Usinas Hidrelétricas (UHE) com um total de 1.133 mw. Pequenas Centrais Hidrelétricas são empreendimentos hidroelétricos considerados de pequeno porte cuja capacidade instalada é superior a 1 mw e inferior a 30 mw. Além disso, a área do reservatório deve ser inferior a 3 km². UHEs, por sua vez, são empreendimentos de grande porte que produzem mais de 30 mw de energia.

Além deste potencial instalado, havia cerca de 3.600 mw planejados em diversos estágios de desenvolvimento dos estudos e um potencial remanescente de 106 mw, potencialmente aproveitáveis por PCH's. Esta considerável capacidade de ser fonte de energia barata e “sustentável” colocou a Bacia do Rio Doce como uma área prioritária de atuação do Ministério de Minas e Energia – MME, conforme convênio anunciado no dia 21 de dezembro de 2004, celebrado entre o Ministério e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) para elaboração de estudos de Avaliação Ambiental Integrada.

Porém, para além de ser vista por empresas e governos como uma expressiva fonte de mercadoria, esta Bacia, a maior e mais importante da região Sudeste brasileira, tem importância fundamental na formação histórica de todas as cidades onde o Rio Doce e seus afluentes passam. Foi em torno destas águas que milhares de pessoas organizaram o seu povoamento, desde o século XVIII, com atividades intensas de agricultura para subsistência e mineração artesanal acompanhadas de diversas manifestações e tradições religiosas que atravessaram séculos.

Duas cidades no caminho

Santa Cruz do Escalvado

Entre as 202 cidades banhadas por este rio em Minas Gerais está o pequeno município de Santa Cruz do Escalvado, que tem 4996 habitantes, segundo o Senso Populacional 2010, e é mais uma típica e pacata cidade mineira. Um breve relato histórico permite dizer que o povoado original surgiu em torno de uma capela de Santa Cruz construída pelo padre Bernardino José da Silva conforme provisão da Diocese de Mariana datada de 1823.

O nome dado pelos moradores ao primeiro povoado foi Santa Cruz do Chamercão posteriormente chamado Santa Cruz do Escalvado, inspirado na Pedra do Escalvado, um importante atrativo natural da região. Tornou-se distrito em 1846 e freguesia com a denominação de Santa Cruz em 02 de maio de 1856. Por força de lei, torna-se município emancipado no dia 27 de dezembro de 1948, formada pela região urbana central e mais dois distritos, São Sebastião do Soberbo e Zito Soares.

Rio Doce

Fazendo divisa com Santa Cruz, esta outra cidade cujo nome é um empréstimo das águas que banham a região. Também segundo o Senso 2010, Rio Doce possui 2.468 moradores e suas ruas pacatas também conservam a simplicidade das pequenas cidades mineiras.

O povoamento dessa região começou ainda, no século XVIII, em torno da construção de uma primitiva capela na localidade de Santana do Deserto no ano de 1745. Nessas terras, moravam Dona Luíza de Souza e Oliveira, viúva do bandeirante Matias Barbosa que uma década antes havia organizado uma expedição para explorar as matas do Vale do Rio Doce. Este foi um fidalgo desbravador que recebeu da Coroa Portuguesa a doação de uma sesmaria no ano de 1709, na mesma época em que foi inaugurado o Caminho Novo da Estrada Real. Nas terras desta sesmaria, formou-se a pequena e pacata cidade de Matias Barbosa, próximo à Juiz de Fora, cujo nome lembra um dos primeiros moradores da região.

Devido a uma espécie de madeira abundante na região, o lugarejo era conhecido como Perobas até 1887. Naquele ano, mudou-se o nome por causa da estação local da estrada de Ferro Leopoldina. Uma carta do padre Manoel Teixeira, no dia 10 de janeiro de 1887, informa a mudança de nome a Dom Antônio Maria Corrêa de Sá e Benevides, então bispo Diocese de Mariana.

A fundação do distrito de Rio Doce, então pertencente à cidade de Mariana e onde estava a Estação Rio Doce do ramo Ponte Nova - Dom Silvério da Ferrovia Leopoldina, foi fundado em 1884 por Antônio da Conceição Saraiva, mas a inauguração oficial se deu somente no dia 20 de setembro de 1886. Conceição Saraiva, o “Pai Ava” e sua esposa Virgínia haviam chegado a São Sebastião do Soberbo no dia 23 de junho de 1861 e trabalhou nas obras da ferrovia que terminaram no dia 21 de dezembro de 1885.

Naquela época, o arraial começou a crescer com a grande atividade agropecuária em expansão, sobretudo com lavouras de café, feijão, milho e fumo, além do manejo de gado de leite e corte e um comércio ativo sendo transferida do município de Mariana para a cidade de Ponte Nova em 1890.

Um dado curioso desta região foi a chegada de muitos imigrantes portugueses, espanhóis, italianos, turcos e libaneses, resultado do estímulo à imigração mesmo antes da abolição da escravatura. Entre os nomes registrados na história está Caetano Cenachi que chegou, em 1898, com sua esposa Gertrudes Tinareli, vindos da Itália da região de Castel São Pietro. Chegaram ao Rio Doce e se instalaram no Sítio Perobas.

Já, em 1902, chegaram, de Portugal, Augusto Pereira Gomes e Antônio Pereira Gomes que fundaram um comércio chamado “Pereira e Pereira”. Na mesma época, chegaram Josephino Alves Caldeira com sua família. Nos anos 1920, chegavam turcos e libaneses, todos comerciantes. Miguel Jorge Sabra, Semião João, natural de Zahle, no Líbano, além de Jorge Christo, Elias Daibs, José Elias Tarxixe, entre outros. Também, no final da década de 20 e início dos anos 30, chegaram as famílias Corsini, Ferrari e Chianelli.

A extensa lista de imigrantes demonstra que essa região foi palco de grande movimentação provocada pela construção da ferrovia e por toda efervescência da atividade agropecuária. O censo de 1920 indicava que a população era de 3.341 pessoas, entre as quais 3000 estavam na zona rural. Eram muitas pessoas chegando, e diversos empreendimentos sendo abertos o que demandou de Rio Doce possuir 2 hotéis para receber os viajantes.

No início dos anos 1930, com a crise do café, as lavouras foram substituídas por pastagens, e houve mudanças na organização produtiva da região. A pecuária passou a ser a atividade principal, o que fez muitos colonos virem para a cidade visto que ela

demandava menos pessoas em serviço. No início dos anos 1940, sendo ainda distrito de Ponte Nova, Rio Doce teve sua maior população apurada em censos demográficos: 4.258 pessoas entre as quais 1.027 moravam na sede da cidade e 3.231, na zona rural.

Com o avançar dos anos, a multiplicação das estradas de rodagem e a preferência pelo transporte individual dos automóveis, as ferrovias foram perdendo importância. O ramal ferroviário Ponte Nova - Dom Silvério foi fechado ao público em 26 de agosto de 1969 tendo circulação restrita ainda por alguns anos, encerrando suas atividades em definitivo no dia 28 de agosto de 1971.

II

No meio do rio tinha um muro

A criança não pode mais brincar na beira do rio

Pois o rio não é mais deles

As roupas já não são mais molhadas com água e sim com lágrimas

Na mão da criança já não mais o brinquedo

Na boca não mais o canto

Nos olhos não mais o brilho

Mudaram os cantos

Mudaram as palavras

Lucimar Gonçalves, militante do MAB da Zona da Mata de Minas Gerais

Novos forasteiros

Embora passando por mudanças importantes, ao longo do século XX, devido ao movimento da ferrovia, a imigração estrangeira, as crises internacionais as quais modificaram a produção e o comércio, a vida pacata de toda esta região começou realmente a se transformar quando duas grandes empresas chegaram como forasteiras também atraídas como nos séculos anteriores pela beleza e a força do Rio Doce.

Mas, esta *força* agora significava algo bem mais que a busca pela subsistência. Um muro seria construído no meio do rio e a produção de *energia*, esta atividade econômica fundamental no capitalismo contemporâneo, transformaria de forma jamais antes registrada a vida dos moradores das cidades de Santa Cruz do Escalvado, Rio Doce e de toda esta região da Zona da Mata de Minas Gerais.

A chegada

Entre os anos de 1997 e 1999, aparecia na região a Energia Elétrica Promoção e Participações Ltda. (EPP), que autorizada pelo Governo Federal, fazia os primeiros Estudos de Viabilidade Social e Ambiental para Usina Hidrelétrica Candonga a fim de apresentar para Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e requisitar a Licença Prévia.

Para conseguir esta licença inicial, a EPP, cumprindo o que determina a lei, contratou uma empresa privada para realizar os Estudos de Impacto Ambiental (EIA), um extenso documento escrito em linguagem técnica, e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), no qual a comunidade tem acesso aos dados do EIA em linguagem mais acessível. A contratada foi a THEMAG, uma empresa de engenharia especializada nestes estudos. Tanto o EIA quanto o RIMA devem ser avaliados pelos órgãos ambientais competentes para cada empreendimento. Neste caso, a Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) e o Conselho de Política Ambiental (COPAM).

Nesta época a FEAM era o órgão ambiental responsável por analisar os estudos de impactos sociais e ambientais de todos os grandes empreendimentos feitos no estado e dando subsídios para as deliberações do COPAM, órgão que emite as licenças ambientais. Este é um órgão normativo, colegiado, consultivo e deliberativo, subordinado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) que tem por finalidade deliberar sobre diretrizes, políticas, normas

regulamentares que visem à preservação do meio ambiente e dos recursos naturais. É composto pela SEMAD, pela FEAM, pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF), pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) bem como por representantes de Núcleos de Gestão Ambiental das Secretarias de Estado e da Polícia Ambiental da Polícia Militar de Minas Gerais.

A partir de 2003, a política ambiental do estado foi descentralizada e o processo de licenciamento passou a ser de responsabilidade das Unidades Regionais Colegiadas (URCs) que tem, entre outras atribuições, a tarefa de acompanhar todos os processos de instalação de empreendimentos dentro de cada regional delimitada. Cada URC tem uma Superintendência Regional de Regularização Ambiental (SUPRAM) com a finalidade de planejar, supervisionar, orientar e executar as atividades relativas à política estadual de proteção do meio ambiente. O COPAM continua sendo a instância final de deliberação, mas agora em âmbito de cada regional. A SUPRAM e o COPAM da URC Zona da Mata possuem, atualmente, sua sede na cidade de Ubá.

Audiência Pública

Também, por exigência da legislação, foi realizada uma Audiência Pública para esclarecer os atingidos. Realizada na Igreja Católica do distrito de São Sebastião do Soberbo, atraiu dezenas de moradores da região que estavam curiosos sobre como funcionaria esse projeto que chegava à região como um “presente de Deus”. Todos tinham muitas dúvidas sobre a construção, mas durante a Audiência nenhuma pergunta foi feita.

A apresentação por parte das empresas foi em linguagem técnica recheada de números e gráficos que provocou o silêncio dos agricultores. Poucos ali sabiam ler e era um enigma lidar com informações naquele formato. Houve os que, iludidos com a grandiosidade da obra demonstrada nos números apresentados, se convenceram de aquilo era realmente o progresso se aproximando. Mas o que reinou foi a indecisão entre os presentes e a maioria não soube opinar nem contra ou a favor do empreendimento.

Entendendo esse silêncio como uma aprovação unânime da comunidade, a empresa se deu por satisfeita. Cumprindo apenas as exigências protocolares sem que as comunidades ameaçadas, de fato, tivessem sido informadas de todo o processo em

andamento tão pouco participado ativamente dele, a EPP apresentou o pedido de Licença Prévia para uma barragem de potencial energético de 95 mw. No dia 19 de agosto de 1999, a FEAM apresentou o seu parecer recomendando a concessão, mas com diversas ressalvas.

O documento *“Atingidos e barrados: as violações de direitos humanos na hidrelétrica Candonga”* feito pelo MAB, o Centro de Justiça Global, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (NACAB) em parceria com outras organizações e divulgado no final de 2004, traz informações importantes sobre esse período.

Segundo o relatório, a FEAM aponta, no seu parecer, que, com a construção da barragem, haveria evidente desastre ambiental. Aponta a ocorrência de devastação florestal, impactos no ciclo reprodutivo dos peixes, perda direta de 250 hectares de terra fértil incluindo o deslocamento compulsório de 19 proprietários rurais e impacto direto sobre outros 20. Também relata o significativo impacto nas atividades econômicas da região: agricultura, produção de leite e garimpagem, comprometimento nas demandas de serviços públicos como saúde, educação e segurança e os efeitos negativos do deslocamento compulsório dos moradores de São Sebastião do Soberbo.

Além disto, a FEAM indica, no parecer, alternativas para a construção do empreendimento evitando o deslocamento da comunidade de São Sebastião do Soberbo, mas isso aumentava os custos de investimento e provocava a diminuição do potencial elétrico da obra.

Licença Prévia

Sem considerar as observações da FEAM, que demonstravam a evidente irresponsabilidade técnica e ambiental do projeto, o COPAM emitiu a Licença Prévia no dia 29 de agosto de 1999.

Conquistado essa vitória, a ANEEL concedeu o uso de bem público para geração de energia elétrica por meio de decreto do Presidente Fernando Henrique Cardoso do dia 10 de abril de 2000. Autorizada pelo governo e vislumbrando o grande negócio a ser feito, a EPP se associou a CVRD, no dia 16 de maio de 2000, e juntas criaram o Consórcio Candonga, cada uma detendo 50% do empreendimento.

Licença de Instalação

Tendo obtido a primeira licença que requeria os estudos de impacto social e ambiental do empreendimento bem como a realização das audiências públicas, a EPP modificou o projeto inicial e a potência instalada da UHE que passou de 95 mw para 145 mw, conforme pedido aprovado pela ANEEL em 30 de março de 2001. Feito isso, a empresa continuou o processo exigido em lei para construção da barragem e fez o requerimento para a Licença de Instalação (LI) que autorizava o início das obras.

Para tanto o Consórcio precisou apresentar um Plano de Assistência Social (PAS) que previa ações junto às comunidades atingidas como forma de mitigar os impactos da obra. Tal plano seria fiscalizado pelo Conselho Estadual de Assistência Social, o CEAS, uma instância de deliberação vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social tendo seus vinte membros nomeados pelo Governador.

Considerando que os planos apresentados estavam dentro do que era exigido legalmente, a FEAM emitiu parecer técnico aconselhando a concessão e, no dia 29 de junho de 2001, o COPAM emitiu a Licença de Instalação (LI) da UHE Candonga.

Um grande negócio

Tendo em mãos as duas primeiras licenças exigidas em lei e já sócia da CVRD, a EPP aproveitou o bom andamento do projeto nos órgãos ambientais e fez um grande negócio. No dia 18 de outubro de 2001, vendeu sua parte no contrato (50%) por U\$7,05 milhões. Foi quando a Alcan, uma das maiores empresas siderúrgicas do mundo, tornou-se parceira da grande mineradora tendo transferido sua cota em 2003 para a Alcan Alumínios do Brasil.

Em 2005, surge a Novelis como empresa independente do grupo Alcan que havia conduzido uma reestruturação interna de seu parque de negócios ao realizar uma fusão com a Pechiney, um grande conglomerado francês produtor de alumínio. A nova empresa herdou 36 fábricas, 12,5 mil funcionários e uma receita de US\$ 8,4 bilhões.

Licença de Operação: fragmentos de uma luta jurídica

A implementação do PAS era fundamental para que os órgãos ambientais concedessem ao Consórcio Candonga a Licença de Operação (LO) a qual autorizava as empresas a produzir energia com as águas represadas.

Ao avaliar a execução do PAS, a resolução do CEAS de nº 38/2003, publicada no dia 10 de dezembro de 2003, apontava uma série de acordos e compromissos não cumpridos e reafirmava as diversas denúncias feitas pelos atingidos até então. Mesmo assim, contrariando seu próprio parecer, o CEAS aprovou o relatório de execução do PAS, mas colocando algumas condicionantes: completa indenização dos atingidos, conclusão das casas de Nova Soberbo, concessão de terreno para produção com água disponível, suporte técnico, insumos para recompor os pomares e hortas perdidas, outorga de escritura das casas, entre outras no simples sentido de que a empresa honrasse seus compromissos com os atingidos.

Tendo em mãos as denúncias dos problemas no reassentamento, das pendências em processos de negociação, das denúncias de ameaças e avaliando todos os acordos feitos entre o Consórcio e o CEAS, a FEAM apresentou em março de 2004 seu parecer sobre a Licença de Operação. Nele, são elencadas novamente todas problemáticas já apontadas pelo CEAS e pelo relato dos atingidos.

Porém, mesmo apontando exaustivamente em seu parecer diversas pendências e irregularidades, em uma decisão inédita, a FEAM optou por não opinar sobre a concessão. Abriu mão de sua tarefa e entregou, sob responsabilidade do COPAM, a decisão de conceder a LO. Havia motivos técnicos, jurídicos e sociais suficientes para não autorizar a Vale e a Alcan a produzirem energia.

Em entrevista a ONG Justiça Global, no dia 07 de junho de 2004 e apresentada no Relatório *Atingidos e Barrados*, Morel Queiróz, então diretor da FEAM, mostrou-se claramente embaraçado com a situação. Morel assumiu que, em 16 anos de trabalho na instituição, nunca tinha optado pela não-decisão.

- Não concluímos pelo deferimento ou indeferimento da LO porque as circunstâncias nos obrigaram a agir desta maneira.

Morel não deixa claras as circunstâncias, mas parecia haver forças externas intervindo na situação.

- Não queríamos ficar mais com o processo em mãos, sofrendo pressões que estávamos sofrendo e mandamos para o COPAM decidir.

E assim foi feito. No dia 30 de março de 2004, o COPAM autorizava a Vale e a Alcan a encherem o lago e ligar as turbinas. Estava dada a Licença de Operação sem que se cumprisse o mínimo das condicionantes impostas pelos próprios órgãos ambientais que autorizavam as licenças.

Para fazer frente à decisão ilegal do COPAM, no dia 02 de abril de 2004, o NACAB, uma Organização Não Governamental, criada em 09 de novembro de 2002, na cidade de Viçosa reunindo estudantes, professores e ambientalistas com o objetivo de promover e defender os direitos das populações atingidas por barragens, entrou com a Ação Civil Pública na comarca judicial de Ponte Nova.

Na ação contra o Estado de Minas Gerais, a Alcan e a CVRD, o advogado Leonardo Pereira Resende argumentava a ilegalidade do processo de licenciamento e a não recomposição dos direitos da população atingida requerendo liminar para suspender a licença emitida no dia 30 de março.

A Licença de Operação era ilegal por dois motivos fundamentais: primeiro, pelo descumprimento da Lei nº12812/98 que afirma que a LO está condicionada a execução do PAS, exigência que não foi cumprida conforme relatório da FEAM. Outro motivo foi o desrespeito a outras leis estaduais e federais de meio ambiente que afirmam que a LO só deve ser autorizada quando os interessados cumprirem todas as condicionantes necessárias para as licenças anteriores, algo que também não tinha sido cumprido pelo Consórcio cujas pendências se acumulavam. Em atendimento a Ação Civil Pública, no dia 15 de abril de 2004, a então juíza da comarca de Ponte Nova, Rosângela Fátima de Freitas, concedeu liminar suspendendo a LO e impedindo o enchimento do reservatório.

Enquanto isso, a CVRD e a Alcan reagiam. No dia 26 de abril, recorriam ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) alegando que a suspensão da LO causava grandes prejuízos para o Consórcio e para as cidades de Santa Cruz e Rio Doce as quais estariam deixando de receber os impostos relativos à operação da Usina. Valores na ordem de R\$1.686.000. Argumentavam que não havia pendências relativas às outras licenças e que o impedimento na produção de energia estaria prejudicando a

comunidade. Necessário dizer que toda a energia produzida na Barragem de Candonga se destinaria unicamente para os processos internos de mineração e siderurgia das proprietárias.

Mesmo em meio à indefinição jurídica sobre o caso e tendo uma liminar que suspendia o enchimento do lago, no dia 03 de maio, a Polícia Militar de Minas Gerais executou ordem de despejo da comunidade São Sebastião do Soberbo onde ainda resistiam 14 famílias a espera de receber seus direitos. Uma grande operação militar que será detalhada em capítulo posterior.

Alinhando-se aos argumentos do Consórcio e negligenciando os graves conflitos sociais deflagrados nessa região, agravados, sobretudo, com a expulsão dos últimos moradores do distrito atingido, os prefeitos de Rio Doce, Carlos Guiduci, e o de Santa do Escalvado, Geraldo Aquino, entraram com pedido de liminar, no dia 08 de maio de 2004. Endossando assim os argumentos do Consórcio e afirmando que as duas cidades não poderiam abrir mão dos valores que estavam deixando de ser pagos.

Mesmo sob grande pressão, inclusive do Ministério Público, na pessoa do Promotor Galban Cotta de Miranda e Chaves, que havia emitido parecer favorável ao Consórcio, a juíza Rosângela Fátima manteve a liminar que suspendia o enchimento do lago. Em sua decisão do dia 14 de junho de 2004, a juíza explana o motivo de manter sua decisão conforme fragmento extraído do Relatório “*Atingidos e Barrados*”, página 63:

A produção de energia, conquanto importante para o progresso do país, não pode ser causa de destruição, de fenecimento das riquezas naturais não renováveis senão mercê de dezenas e dezenas de anos sem a ação avassaladora do homem. A geração de energia também não pode ser admitida quando a pretexto dela se olvida o elemento humano, quando não se atenta para redução máxima dos sofrimentos. (...) Assim, se a imposição do progresso e a ambição do homem superam a preservação da própria vida, donde inevitável a agressão ambiental, mesmo com adoção de refinadas técnicas que proporcionem o desenvolvimento sustentável, é de se atentar, com rigorismo, pelo menos, para a defesa do homem agredido e expulso

de seu habitat, proporcionando-lhe a mais completa solidariedade.

Para surpresa do NACAB, no dia 22 de junho, oito dias depois de sua decisão, o Presidente do TJMG, Marco Antônio Abreu Corrêa de Martins, em atendimento ao pedido apresentado pelos prefeitos, suspende a liminar dando ganho de causa ao Consórcio Candonga. Segundo Marco Antônio, o enchimento do lago não atrapalharia a resolução de supostas pendências apresentadas e as cidades não poderiam ser prejudicadas deixando de receber os impostos oriundos da operação.

No dia seguinte, 23 de junho de 2004, o lago da Barragem de Candonga começou a ser cheio. Em duas semanas, a CVRD e Alcan já produziam energia para seus empreendimentos.

III

No meio do caminho

tinha gente

Fez-se turva a razão

Sem razão

Sob o Belo Monstro de mentiras que destila violência.

O ódio invadiu o coração do amor

Uma flor

Uma jovem vida em flor

Uma antiga paixão

Um corpo de mulher estirado ao chão.

Se corro!?

Socorro!

O golpe foi muito veloz.

Antônio Claret Fernandes, padre e militante do MAB em Altamira, Pará.

Violência contra os direitos

Enquanto o Consórcio Candonga e seus executivos se esforçavam dia e noite para seguir os rituais protocolares exigidos na lei e vencer as ações judiciais, prosseguia o processo de negociação com os atingidos. As primeiras licenças eram conquistadas, e a obra avançava. Mas, a despeito do tão anunciado desenvolvimento que deveria pressupor a melhora coletiva na vida dos moradores dessa região, o que se viu foi uma escalada de violência e desrespeito aos direitos fundamentais.

O fato de que havia centenas de famílias com suas casas, lavouras, costumes, tradições e práticas religiosas tendo como principal referência as águas caudalosas do Rio Doce não fizeram os empreendedores ter maior esforço e consideração com elas do que com os documentos exigidos em lei. A sucessão de arbitrariedades e ameaças reunidas, com uma permanente negação do direito de informação, mereceram destaque na Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU).

O Consórcio Candonga foi alvo de inúmeras denúncias de violação de direitos. A Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e Organizações Não Governamentais acompanharam as diversas denúncias de arbitrariedades e desrespeito aos acordos com os órgãos ambientais e com o CEAS.

A denúncia mais significativa em relação às violações de direitos foi feita ao Conselho de Direitos Humanos das Organizações das Nações Unidas (ONU). Em 2005, com base em um relatório escrito pela ONG Justiça Global, o Conselho recebeu ampla documentação que comprovavam as denúncias contra o Consórcio Candonga. Dezenas de pessoas foram entrevistadas entre atingidos, juízes, autoridades policiais, membros do COPAM e da FEAM e foi apresentado um considerável acervo de fotos e imagens.

Entre as principais acusações feitas à CVRD e à Alcan estava a discrepância entre o número de famílias indenizadas, que não passavam de 150, e o número dos que se diziam atingidos. As empresas nunca reconheceram os direitos dos diaristas, que recebiam por dia trabalhado em terras que não os pertenciam, dos meeiros, pescadores, areeiros e garimpeiros. Ou seja, apenas alguns foram indenizados de forma isolada, mas era imenso o número de pessoas que ficaram sem a possibilidade de produzir alimentos ou viver das benesses do Rio Doce.

Outra denúncia foram sobre os acordos descumpridos: muitas pessoas mudaram de suas antigas casas para os reassentamentos construídos, principalmente para a Nova Soberbo, mas os títulos de propriedade não foram entregues para os moradores, mesmo depois de ampla divulgação de que assim seria feito.

Aliás, Nova Soberbo era alvo das principais denúncias. O lugarejo foi feito sem nenhuma adequação à condição anterior dos moradores, que tinham uma vida essencialmente rural e agora se deparavam com um ambiente urbanizado. Os atingidos

não foram consultados sobre o modelo de casas que desejavam e foram colocados em residências construídas dentro de lotes de 360m².

E havia grande suspeita de que a água da comunidade era contaminada devido ao mau cheiro e as reações na saúde dos moradores. Eles não confiavam na qualidade do que chegava às torneiras e preferiam buscar água em uma mina que ficava dentro do reassentamento.

A linguagem das negociações

O relatório entregue à ONU destaca a forma como o Consórcio conduziu o processo de negociações. Os atingidos entrevistados afirmavam que houve intensa pressão psicológica e ameaças. Famílias relataram que foram obrigadas a assinar documentos por funcionários da CVRD e da Alcan que ameaçavam que, se eles não aceitassem os acordos, suas casas seriam tomadas pelo governo e não receberiam nada porque suas propriedades eram de Utilidade Pública. Isso claramente negou a essas famílias o direito à informação adequada e gerou um clima de grande temor nos moradores.

Enviando funcionários de porta em porta, sobretudo quando a data do enchimento do lago estava próxima, os funcionários do Consórcio apresentavam documentos com complexos números e gráficos. As famílias não compreendiam tais documentos nem sabiam exatamente do que se tratava. E como não tinham qualquer auxílio para tal, ficavam à mercê das versões e do esforço persuasivo dos negociadores.

Além de pressão psicológica, que é identificada como algo recorrente em todo o processo de implantação da Usina, surgiram denúncias de que seguranças e funcionários ameaçaram de agressão física e até de morte diversas pessoas dentro de suas próprias propriedades além de utilizarem de constrangimento jurídico para pressionar os atingidos.

Entre os fatos relatados e aqui estão resumidos, dois episódios foram destacados pela ampla maioria dos atingidos como exemplos cabais de como a violência era verdadeira linguagem das negociações. Um foi o desaparecimento de João Caetano dos Santos, agricultor de 57 anos conhecido como “Gabundo”. Ele desapareceu dentro do canteiro de obras da OAS Ltda., empresa responsável pela obra da Usina, na madrugada do dia 03 de fevereiro de 2003. João morava em uma casa de sua

propriedade, mas que ficava dentro do canteiro. Até a data da apresentação do relatório, os amigos e parentes não tinham informações sobre seu paradeiro. As empresas não se responsabilizaram pelo ocorrido nem deram nenhuma assistência. A PM havia arquivado a investigação.

A expulsão violenta dos moradores de São Sebastião do Soberbo é outro episódio citado. No dia 03 de maio de 2004, 35 dias depois de receber a LO, e em meio à intensa luta jurídica como já relatado, 14 famílias que resistiam mudar pra o reassentamento Nova Soberbo foram expulsas do antigo vilarejo e todas as construções foram destruídas em uma grande operação militar. Diversas denúncias de arbitrariedade contra a PM e funcionários do Consórcio ocorridas nesse dia estavam na denúncia encaminhada ao Conselho.

Procura-se uma resposta: o desaparecimento de João Caetano dos Santos

Em meio à neblina, um homem desaparece

Em meio à madrugada fria de verão, João aperta os joelhos. Sente fortes dores que não o deixam dormir. O dia tinha sido mais um de trabalho intenso. A roça plantada guardava grande quantidade de milho. Bonitos, os pés ostentavam folhas verdes e vistosas. As espigas eram soberbas, e a colheita era esperada com ansiedade. No canavial, em cada pedaço de chão, João tinha cuidado para que o corte se desse no tempo certo. Em meio à neblina, a plantação escondia-se. Era igualmente bonita e numerosa.

No quintal, as galinhas corriam e ciscavam. Não havia um palmo de chão sequer que elas não tivessem vistoriado em busca de comida. E João não se esquecia delas. Todos os dias, dezenas de pés corriam atrás dele para não perder o milho. Era corrida disputada. Frangos e pintinhos se enrolavam atrás de cada grão. Outras criações também estavam por ali e tinham igualmente atenção. Destaques para as frutas e legumes que, embora fossem pés, não poderiam sair correndo. Em tempos de seca, João cuidava com atenção de cada uma delas. Guardava-as para o alimento próprio, para suas criações, doava para amigos ou vendia para comerciantes.

No pasto, as vagas mugiam. Olhavam desconfiadas, mas reconheciam o homem que cuidava delas todas as manhãs. Às vezes sentiam um leve, ou mesmo um razoável cheiro de cachaça. João guardava preferência pelas bebidas destiladas. Mas, as

vacas sabiam que nunca ficariam sem comida. A presença dele ali era sagrada. Igualmente o sabiam os porcos e cavalos.

João Caetano era muito conhecido em toda a região de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado. Velhos e crianças o chamavam de “Gabundo”. Conta-se que quando era pequeno, tinha mania de chamar todo mundo de “vagabundo”. Mas, não pronunciando as palavras por inteiro:

- Ô Gabundo! Me ajuda aqui carregar este balaio!

-Sai fora, Gabundo! Vem que eu te pego!

-Truco, Gabundo!

-Seis! Gabundo!

Era sim até no jogo.

E o apelido ficou. Era unânime em toda a região.

Mas, tanto trabalho já trazia dificuldades para aquele homem solteiro de 57 anos, pele morena, cabelos curtos e crespos, pouca estatura. E como já há tempos tinha como companheira uma dor nos joelhos, aquela noite era mais uma que tinha que lutar contra a natureza que vai cobrando a conta quando a idade avança.

Era para ser mais uma noite de dores, porém, naquela madrugada, já dia 09 de fevereiro de 2003, à 1 hora da manhã, a história de João Caetano dos Santos seria transformada. E junto toda a trajetória de quatro irmãos que haviam cedido para ele a terra para usufruto e tinham o ajudado a construir a casa em que morava.

Levantou inquieto. O andar manco, as mãos nos joelhos e nas pernas demonstravam o incômodo que sentia. Como de costume, pensou que a pescaria podia distraí-lo. Pegou as varas e umas iscas deixadas do dia anterior. Para precaver do frio e se proteger, pegou na cama um cobertor vermelho.

E saiu. Avançou por entre máquinas, ferramentas, pedras, madeiras. Homens trabalhavam revirando concreto enquanto outros vigiavam em todos os acessos possíveis. Estava em meio ao canteiro de obras da OAS Ltda. que construía a Usina Hidrelétrica de Candonga, anos depois rebatizada de Risoleta Neves.

Observava a neblina na noite. O silêncio só era quebrado pelo cantar dos pássaros, por passos e vozes de homens que reviravam concreto dia e noite e pelas águas caudalosas do Rio Doce. João sentia dores e andava sem perceber tudo isso. Já havia se acostumado com aquela paisagem e seus barulhos insólitos.

Seguiu para o rio com vara na mão e cobertor vermelho nas costas. O que seria corriqueiro se tornou extraordinário. Naquela noite, João Caetano dos Santos desapareceu.

Uma história nebulosa

Sabe-se que as últimas pessoas a ver João Caetano sair para pescar envolto em seu cobertor vermelho foram José da Silva Bazola e Maria da Silva Bazola. Toda a versão do ocorrido contada anteriormente está baseada no depoimento do casal que morava com João Caetano desde o início de 2002. Foram eles que, na noite do dia 10 de fevereiro, comunicaram o desaparecimento.

A família Bazola tinha ido morar com Gabundo acompanhado dos dois filhos a pedido da construtora OAS. Gabundo, dada sua natureza solícita e pacata, acreditando na boa fé da empresa, acolheu o casal em sua própria casa. Eles ajudariam na alimentação dos trabalhadores da obra.

Para conseguir a Licença de Instalação, umas das exigências feitas pela FEAM ao Consórcio Candonga era que o canteiro de obras só poderia ser aberto depois que o terreno estivesse completamente desocupado e todas as famílias indenizadas. Como comportamento corriqueiro das empresas, a exigência não foi cumprida, e a obra foi iniciada com João Caetano morando em sua propriedade.

Enquanto o Consórcio tinha convencido seus quatro irmãos a venderem-lhe o que pertenciam, João Caetano dos Santos se negou a negociar. Queria ficar em sua terra. Este era um problema fundamental para as empresas construtoras visto que a casa de João ficava no rumo do muro da barragem. Caso ele não saísse, isso poderia obstruir a construção. Mas, ele ficou irredutível.

Um operário, à época com 25 anos, foi testemunha de como a empresa pressionou João Caetano para sair do caminho. Leandro Gonzaga, homem negro e calvo, bigode escuro, olhar brilhante e atento, observador no detalhe, era funcionário da

OAS. Não conheceu João pessoalmente, mas acompanhava de longe os acontecimentos enquanto usava chibanca e pá para furar canaletas nos barrancos contra a erosão.

Como João não aceitava sair do caminho da barragem, a empresa começou a retirar terra em volta da sua casa. Tirou dezenas de caminhões até Gabundo ficar isolado com sua casa e um pé de manga em cima de um morro onde o acesso só era possível passando por um trilho improvisado no barranco. À esquerda do morro, avançava o muro da barragem e abaixo homens trabalhavam dia e noite furando buracos, funcionando a britadeira, operando máquinas. Enquanto isso, Leandro via João no alto do morro.

Todos tinham por obrigação usar um crachá da OAS Ltda. Inclusive João Caetano, visto que ele vivia dentro do canteiro das obras. Embora ele morasse em terras de sua propriedade, todos os amigos e parentes, ao visitá-lo, tinham que passar pela situação insólita de usar um crachá para visitar Gabundo. Era um procedimento cotidiano.

Ao ser exposto a tamanho estresse, João aceitou uma indenização de R\$1.500,00 e foi deslocado para uma casa em cima de outro morro, mas permaneceu dentro do canteiro submetido às regras do uso do crachá e sendo vigiado pelos seguranças do Consórcio. Diziam que se ele perdesse o documento não entraria mais em sua casa. A antiga residência, perto do pé de manga, foi usada para guardar cimento.

Conflitos com os hóspedes

Em meio a esses acontecimentos, a família Bazola foi morar com João Caetano. Mas, ao passo que avançava os conflitos com o Consórcio, a convivência dentro de casa ficou insustentável. José e Maria da Silva Bazola começaram a criticar o comportamento de Gabundo que, como já se sabia, fazia uso de bebidas alcoólicas. O casal começou a impor-lhe ordens dentro de casa.

Contudo, como testemunha anônima dos acontecimentos, Leandro Gonzaga sabia que João tinha diminuído o uso de bebidas e mudado muito da sua rotina. Até o costume de visitar os parentes aos fins de semana, havia mudado: não saía por medo de não deixarem voltar para casa. Mas, o clima com os Bazola não era bom, como ele mesmo disse à época para muitas pessoas, sobretudo para a família..

No dia seguinte, ao informar o desaparecimento de João, a família respondia perguntas a polícia:

- Esta casa pertence a vocês? - pergunta o detetive.
- Não! Esta casa era de Seu João.

As respostas com o verbo no passado surpreendiam e assustavam a família de João Caetano e geraram grande desconfiança. Eles procuravam um João vivo, e os Bazola pareciam anunciar um João morto.

Perguntas em respostas

O desaparecimento de João Gabundo é o desfecho de uma narrativa cheia de fatos inverossímeis. É surpreendente quanto um acontecimento de tal gravidade foi tratado com tamanho descaso pelas empresas e pelas autoridades.

Embora a família tenha feito Boletim de Ocorrência, no dia 11 de fevereiro de 2003, na 12ª Delegacia de Polícia Regional de Minas Gerais, unidade de Ponte Nova, somente, no dia 03 de abril daquele ano, foi aberto um inquérito investigativo que seguiu tramitando lentamente e de forma bastante descompromissada. Mesmo tendo indícios suficientes para investigar a família Bazola pelo desaparecimento de João Caetano, somente foram tomados alguns depoimentos como procedimento padrão, mas até o dia em que este livro foi editado nenhuma informação substancial foi divulgada.

Além da família Bazola, envolvida de forma nebulosa nesse episódio, jamais foi questionada pelas autoridades a responsabilidade da CVRD e da Novelis, donas da barragem, e da OAS em cujo canteiro de obras João desapareceu. Visto que todas as pessoas que tinham acesso ao canteiro eram obrigadas a usar crachá, as empresas responsáveis tinham que ter um registro oficial sobre uma suposta saída de João Caetano dos Santos do canteiro de obras. Se não houve registro, ele não saiu do canteiro, e, se ele não saiu do canteiro, seu corpo necessariamente tinha que ter sido encontrado caso viesse a falecer por alguma fatalidade. De qualquer maneira, a OAS e sua empresa de segurança tinham que dar explicações para o ocorrido, pelo menos em solidariedade à família. Isso nunca aconteceu.

A família e os amigos ainda esperam enterrar o corpo de João Caetano. As lágrimas das muitas pessoas que recontam essa história é um sinal da violência

estrutural instalada nessa região. E que ainda deixaria muitas outras marcas tristes e profundas no corpo e na memória desta gente.

Davi contra Goliás: a vez do gigante

Violência contra os pequenos

Outro episódio demonstra de forma muito precisa como o Consórcio Candonga e o Estado, em suas instituições, instauraram um cenário de violência contra os atingidos da UHE Risoleta Neves: a operação policial do dia 03 de maio de 2004 que expulsou 14 famílias que resistiam sair de São Sebastião do Soberbo.

Em meio à conflituosa situação, em que famílias deixavam suas casas, suas lavouras e suas tradições para morar nas novas instalações construídas pelo Consórcio Candonga, havia um pequeno grupo de resistentes que não aceitavam ir para o reassentamento Nova Soberbo. Mas, o lago precisaria ser cheio e havia gente no meio do caminho.

O Velho Soberbo

São Sebastião do Soberbo era um povoado típico do interior mineiro em que os primeiros habitantes datavam do século XVIII. Seus 234 moradores, à época do início das obras da Usina, eram constituídos de negros e pardos morando em casas próprias grandes e antigas. Todas tinham quintais amplos. Manga, batata doce, cenouras, couve mineira, feijão, lima, goiaba, tangerina, bananas, cebola, salsas, entre outras plantações, era o que se via.

Havia por ali muitos que eram meeiros, utilizam terras de outros proprietários e dividiam a colheita. Outra atividade fundamental era o garimpo. Um mergulhador chegava a ganhar uma média de R\$1.500,00 por mês durante as melhores temporadas de garimpagem.

Como o rio era a unidade básica da vida, a pesca era outro meio de sobrevivência que garantia alimentação de qualidade e fonte de renda para os moradores durante todo o ano, exceto nas épocas de novembro e dezembro em que a pesca era proibida pelos órgãos ambientais. Em São Sebastião do Soberbo, obedecia-se às leis.

As ruas não eram pavimentadas, e havia uma praça, dois bares, uma mercearia, uma escola, correios, um posto de saúde e um campo de futebol. A comunidade era pobre com poucas estruturas básicas, mas era unânime a opinião de que ali se vivia

muito bem tendo certa de qualidade vida. “Quem tem o rio, não morre de fome”, diziam com orgulho os moradores.

Havia o templo da Igreja Católica cujo padroeiro era São Sebastião e das igrejas protestantes da Assembléia de Deus e da Congregação Cristã no Brasil. Todas organizavam festas que movimentavam a comunidade em várias épocas do ano. Entre elas, a muito lembrada Festa do Boi Laranja, muito semelhante à Festa do Boi Bumbá e do Bumba-meu-boi, no Nordeste.

Porém, esta gente, que vivia com dignidade da agricultura e de tudo que o Rio Doce poderia oferecer, estava no caminho de duas grandes multinacionais que queriam construir um muro e fazer de toda esta região um grande lago. Todos teriam suas vidas alagadas para atender a um projeto privado cujos volumosos lucros seriam apropriados por grandiosos grupos transnacionais.

Ao longo do processo das negociações, os moradores do “Velho Soberbo” foram assediados de todas as formas para saírem de suas casas. Funcionários especializados e, com grande esforço de persuasão, visitavam as casas dos atingidos para oferecer-lhes propostas de indenização. Algumas pessoas acreditavam que aquilo seria bom para a comunidade. Mudar para um local com melhor estrutura, casas bonitas e as novas possibilidades que uma vida urbana no reassentamento “Nova Soberbo” poderia oferecer.

Entre os simpatizantes, alguns se tornaram funcionários do Consórcio. Outros, donos de terras na região que seriam compradas pelas empresas, se satisfizeram com o novo reassentamento e eram contra as mobilizações organizadas para denunciar a postura do Consórcio.

Não obstante, a maioria dos moradores não queria sair do Velho Soberbo e reivindicavam condicionantes para aceitar a proposta das novas moradias. No dia 08 de dezembro de 2003, somente 41 famílias tinham se mudado da comunidade. Os outros esperavam que as empresas elevassem os valores das indenizações, houvesse recomposição das terras perdidas e que as novas casas atendessem as exigências dos atingidos.

Mas, o Consórcio não se esforçou para melhorar o diálogo e atender as reivindicações. Sua resposta foi intimidar diariamente os moradores e fazer acordos com as prefeituras e criando as condições para inviabilizar a vida dentro do lugarejo. A escola da comunidade foi demolida. Todos foram isolados porque a Lopes e Filhos, única empresa de transporte rodoviário a fazer a ligação com Ponte Nova e as outras localidades da região, parou de ir ao Antigo Soberbo. O Consórcio também destruiu a ponte que dava acesso à cidade de Rio Doce, o que obrigava os moradores a andar

dezenas de quilômetros para ter acesso a atendimento médico e outros serviços básicos. A ida ficou inviável naquele lugar.

Maria Nobre de Oliveira, uma senhora à época com 81 anos, nascida e criada no Velho Soberbo, recebia visitas todos os dias de funcionários do Consórcio para forçar sua mudança. Maria Nobre não suportou, entrou em depressão e foi hospitalizada. No hospital, insistiam que ela deveria aceitar a proposta da empresa para diminuir o sofrimento. No dia 28 de abril de 2004, sua casa foi demolida sem prévio aviso tendo ainda muitos móveis e pertences que ainda não tinham sido retirados da casa.



Consórcio Candonga explode ponte que dava acesso a cidade de Rio Doce.
Imagem extraída do Jornal Listão, edição do dia 08 de novembro de 2003.

No dia 30 de abril, 30 policiais apareceram no Velho Soberbo com uma ordem de despejo das famílias que resistiam. Nesse dia, havia centenas de atingidos de outras comunidades que já há algumas semanas faziam vigília para apoiar as famílias a serem expulsas. Como houve uma grande mobilização, a polícia não executou o mandado judicial.

No dia 03 de maio de 2004, ainda havia 14 famílias resistindo no Velho Soberbo. Alguns dias antes, o gigante dava seu último aviso:

Consórcio Candonga – AHE Candonga
COMUNICADO

Diante da permanência de algumas famílias na antiga sede de São Sebastião do Soberbo, a Justiça de Ponte Nova determinou a desocupação imediata das casas que integram a propriedade do Consórcio Candonga.

A decisão considerou que, com o pagamento das indenizações e a construção de novas moradias em Novo Soberbo, o Consórcio cumpriu seu compromisso com os proprietários, garantindo seu direito aos imóveis antigos.

Uma última tentativa de acordo para a saída das famílias foi feita dia 23 de abril, pelo Ministério Público que convocou representantes do Consórcio Candonga, da Associação de Moradores e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) para a reunião de conciliação.

Os representantes dos moradores, no entanto, não aceitaram a proposta feita pelo promotor público que previa o pagamento de multas, as mesmas estipuladas pelo COPAM, até o cumprimento de todas as condicionantes. Por este motivo, a liberação do local será realizada nesta segunda-feira, dia 03\05 pela Polícia Militar, com o acompanhamento do Ministério Público.

O Consórcio sempre esteve aberto ao diálogo e reforça que esta medida só foi tomada depois de esgotadas as negociações.

Dito isso, estava legitimada qualquer ação do Consórcio para “reaver” as casas que estavam em sua propriedade. As empresas estavam convencidas de que haviam cumprido todas as suas obrigações judiciais e qualquer medida tomada, a partir daquele momento, seria somente resposta à intransigência dos moradores.

03 de maio de 2004

Eram 6 horas da manhã. O frio de maio convidava ao descanso, a aproveitar mais a cama e o cobertor. Mas, as vozes, na rua, já esperadas desde a noite anterior, não deixavam dúvidas..

- Acordem! Acordem! Os policiais estão chegando!

Ouviam-se muitas vozes. O desgaste das noites mal dormidas era evidente. Eram vozes roucas e cansadas. Já havia algumas semanas que atingidos de outras localidades como Rio Doce, Marimbondo, Jerônimo e Santana do Deserto faziam vigília. Dormiam à espera da polícia. Chegariam a qualquer momento. Quatro dias antes, elas já tinham ido ao Velho Soberbo e tiveram que voltar. Havia muita gente apoiando os últimos moradores do povoado.

Na manhã daquela segunda-feira, havia muitos homens e mulheres que em solidariedade se colocavam frente a frente da Tropa de Choque da Polícia Militar para defender os companheiros. No meio desses, estava Dejanira, a “Dona Deja”, moradora

de Rio Doce, mulher negra, hoje, com 62 anos, viúva, mãe de oito filhos. Desde o início da construção, acompanhava as manifestações do MAB. Embora não tenha sido atingida diretamente pelo lago, também teve sua vida completamente alagada pela força destruidora da UHE Risoleta Neves. Mulher trabalhadora sempre sustentou a família com grande dignidade lavrando a terra, pescando e garimpando no Rio Doce. Como o Consórcio tomou as águas e as terras férteis, ela também ficou sem o meio de sobrevivência.

Totalmente amedrontada no meio povo, mas sem se apartar dos companheiros, ouvia a todo o momento:

- Os policiais estão chegando! Os policiais estão chegando!

- Mais lenha! Tragam mais lenha!

A correria e o medo eram grandes, e os poucos moradores que restaram no Velho Soberbo em companhia dos outros atingidos buscavam fazer uma fogueira para servir de barreira aos policiais.

O medo estava espantado nos rostos de todos. Entre eles, do Pe. Antônio Claret Fernandes, sacerdote da Arquidiocese de Mariana, homem de estatura média, corpo sem vantagens, mas de coragem inabalável. Militante do MAB que esteve junto ao povo desde o início.

À frente dos resistentes, policiais se movimentavam. 100 metros os separavam. Era quase olho no olho. Estavam em centenas. No alto do morro, viam-se dezenas de viaturas com sirenes ligadas e dois ônibus repletos de soldados. No mato, cães ferozes acompanhavam policiais em locais estratégicos. O cerco era completo.

Entre esses homens armados, trabalhadores contratados já estavam a postos em suas escavadeiras, tratores de esteira e outras máquinas pesadas. Carros do Consórcio, ambulâncias e o Corpo de Bombeiros estavam ali para “garantir a segurança”. Foram estes que apagaram a fogueira feita pelos moradores para servir de barreira.

Às sete horas da manhã, imersos na névoa e na fumaça da fogueira destruída, 192 policiais invadem o povoado de São Sebastião do Soberbo. Em sua maioria, eram membros das corporações de Manhauçu, Caratinga e Rio Casca e do Grupo de Ações Especiais (GATE) de Governador Valadares. Acompanhando a operação, estavam representantes da OAB e dois promotores, Sérgio de Castro Moreira dos Santos e Rolando Carabolante, indicados pela Procuradoria Geral do estado. Era preciso garantir a legalidade e a transparência da operação.

Os policiais andavam lentamente em direção ao povo resistente. Parecia um imenso monstro em movimento. Armas em punho, prontas para atirar a qualquer momento. Atrás daquela massa humana, as máquinas pesadas, viaturas, ambulâncias e, finalmente, os caminhões de mudança, avançavam.

O povo, como gado tocado, se dispersou. Dona Deja corria no meio do tumulto. Ouviam-se gritos desesperados em meio à multidão. Crianças choravam.

A polícia imediatamente perseguiu os líderes da resistência. Entre eles, Pe. Claret, que precisou se proteger e buscar refúgio longe dos escombros das primeiras casas derrubadas.

As máquinas derrubavam paredes. Muitas casas fechadas foram destruídas sem sequer os policiais perguntarem se havia gente dentro. Braços mecânicos se jogavam com força bruta sobre as casas dos atingidos. Policiais auxiliavam o operador. Os telhados caíam sepultando móveis, vasilhas, roupas, pertences de estima, dinheiro. Tudo transformado em escombros. A poeira era insuportável.



Máquina destrói casa de atingido no Velho Soberbo
Fotos: Arquivo do MAB

Muitos policiais provocavam os moradores a fim de causar tumulto e achar um motivo para prender os resistentes. Quando o almoço chegou para os moradores que estavam famintos em meio a confusão, um policial ironizou:

- Isso aí é para os “baderna”?

Enquanto isso entravam nas casas e vasculhavam tudo que podiam, inclusive na cozinha. Mas mexer na comida alheia parecia pouco. Maria das Graças Reis, conhecida como Gracinha, estava revoltada e gritava com os policiais por eles terem mexido de forma tão desrespeitosa nas roupas íntimas de sua mãe, Dona Leontina, uma senhora de 92 anos, que passou mal e foi levada para Ponte Nova.

Em meio a cenas sucessivas de desrespeito, um PM mirou o olho de Fabrícia e pergunta entre sorrisos:

- O que está achando da operação? Satisfeita?

A menina de 12 anos, imersa naquele caos, não consegue responder em palavras. Abre a boca em um choro eloqüente. Foi ignorada pelo policial.

Assustada, ela tenta ajudar seus amigos a recolher, entre a poeira, os brinquedos espalhados por toda a parte.

Ao longo do dia, enquanto a destruição avançava, os últimos resistentes se escondiam em uma pequena casa que era usada há semanas como local de vigília. O medo era evidente. Dona Deja se escondia no canto do quarto.

- Precisamos fugir deste lugar! Eles vão nos matar!

- Vamos pular o rio! - opinou um desesperado.

- Pelo amor de Deus! Vocês estão loucos! Eu não vou perder minha vida por causa de polícia! - respondeu Dona Deja, cujo susto fez escorrer lágrimas no rosto.

Mesmo assim, moradores de Santana do Deserto que estavam defendendo os companheiros pularam nas águas caudalosas do Rio Doce para fugir dos policiais. Por horas, foram dados como mortos. Mas, a notícia foi desmentida. Tinham conseguido fugir.



Família observa o cumprimento de ordem judicial

Fotos: Arquivo do MAB

A última construção a ser derrubada foi a Igreja Católica. Já eram nove horas da noite. A invasão policial entrou noite adentro o que mostrou o empenho das forças policiais em cumprir a ordem judicial para favorecer o Consórcio.

Os zeladores, que cuidavam com esmero da modesta igreja centenária, conseguiram salvar algumas imagens e pertences, mas as máquinas e seus operadores não esperavam.

Na correria, ouvem-se gritos:

- Não achamos a chave do sacrário! Pelo amor de Deus!

- O que faremos?

- Nosso Senhor está ali dentro!

As paredes caíam sobre os bancos antigos, e imagens de santos que não conseguiram ser resgatadas se despedaçavam no chão.

No Sacrário, estava o Santíssimo, a hóstia consagrada, o Corpo de Cristo Ressuscitado em forma de pão, ápice da fé dos cristãos católicos. O desespero era geral. Seria Jesus Ressuscitado sepultado na igreja de Soberbo?

Em meio à poeira, um ato de desespero. O sacrário foi arrombado, e as hóstias consagradas salvas. A demolição acabou às 22 horas. A ordem judicial estava cumprida.

Exatos 120 dias depois, o lago da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves estava feito, e São Sebastião do Soberbo tinha desaparecido.



Homem é fotografado sobre os escombros de casa derrubada

Fotos: Arquivo do MAB

Em 2012, passados mais de oito anos do ocorrido, Dona Deja relembra os fatos daquele dia. E com voz embargada, não deixa dúvidas:

- Se eu soubesse que ia acontecer aquilo, não tinha ficado lá não, não tinha mesmo. Não por medo da polícia, mas porque é muito triste ver desmanchar uma coisa que foi feita de muito tempo como foi ali, no Soberbo, e eles fazer o que eles fizeram. Não pediram permissão prá ninguém prá entrar, foi entrando, acabando com tudo...

É impossível captar todos os eventos que fez daquele dia um marco na história deste povo, um episódio fundamental demonstrando a violência estrutural que marcou e marca a instalação e o funcionamento dessa barragem. Marcas profundas que estarão para sempre na memória desses atingidos.

A Nova Soberbo: o resultado de uma promessa

Desde o início, uma sucessão de erros

Esta é compreensão de quem conhece a história de Nova Soberbo, o reassentamento construído pelo Consórcio Candonga para os moradores do “Antigo Soberbo”. Ao mesmo tempo em que os atingidos viviam sob permanente conflito por causa do processo de negociação comandado pelas empresas, não conseguiam sequer

acompanhar a construção das futuras moradias opinando com seus desejos e necessidades.

As obras começaram no mês de março de 2002. Desde o início houve grande desconhecimento por parte da população de como iria ser a nova comunidade porque ninguém tinha acesso ao canteiro de obras. E se a comunidade não tinha informações sobre a futura morada, o Consórcio Candonga agia com completa negligência. Em dezembro de 2002, integrantes do MAB denunciaram um erro de engenharia que obrigou a empresa a derrubar 32 casas já construídas. Todas estavam fora dos padrões mínimos exigidos. Nenhuma delas tinha colunas de sustentação sendo todas feitas em cima de um terreno pantanoso.

Após esse episódio, o Consórcio dobrou o contingente de trabalhadores visto que foi obrigado a remover grande quantidade de terra para resolver o problema, acelerar as obras e cumprir o cronograma. Isso aumentou, de forma repentina, o movimento de pessoas, máquinas e caminhões em Rio Doce, que fica apenas a 40 minutos para quem vai a pé entre Nova Soberbo e a cidade, que ficou sendo ponto de apoio para a obra.

Até o mês de março de 2004, 120 casas tinham sido construídas. Uma parte das famílias já tinha se mudado, dadas as constantes promessas das empresas conjugado ao assédio e as ameaças de seus funcionários.

A beleza vista por dentro

As ruas pavimentadas e limpas, os telhados coloniais, o colorido das pinturas, as coberturas, a padronização, a tranquilidade. Tudo isso faz muita gente duvidar se aquelas 116 famílias, cerca de 500 pessoas, tem algum motivo para reclamar. Muitos moradores de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado questionam se ainda há alguma coisa para melhorar na vida desta gente, visto a beleza do novo lugar.

Dentro da padronização, as 127 casas construídas foram divididas em oito tipologias diferentes que variam entre 60 e 157m² de área construída. Todos os lotes têm 360m².



Imagem panorâmica do reassentamento Nova Soberbo
Foto: Talita Vitorino

Personagens

Na porta de uma casa Tipologia 06, com 157m² de construção, tendo sala, copa, cozinha, um banheiro social, área de serviço, varanda com garagem e três quartos, um deles com suíte, está Luiz Venâncio de Campos, um senhor negro, de 71 anos, cabelos grisalhos, voz mansa e vigorosa. Ao seu lado, Sebastiana Gomes da Silva Campos, sorridente, pacata, acolhedora senhora de 63 anos. Cabelos longos com vistosas mechas grisalhas e uma trança que desce até a cintura.

“Luiz Major” e “Tiana”, como são conhecidos, se mudaram para a Nova Soberbo em março de 2004. Moraram juntos no antigo povoado por quase 15 anos. Luiz Major, apelido que herdou do pai, é original de Barra Longa e, quando criança, morou em São Sebastião do Soberbo antes do pai se mudar para uma localidade chamada Aguiar, também inundada pela barragem. Luiz voltou para o Antigo Soberbo, em 1971, após a morte do pai.

Em 1962, aos 22 anos, foi trabalhar em São Paulo como operário. E em 1965, estava, ao pé da Serra de Cubatão, trabalhando na Cosipa, Companhia Siderúrgica Paulista ou ainda Usina José Bonifácio de Andrade e Silva. Ao longo dos anos 1970, esteve algumas temporadas entre São Paulo e o Velho Soberbo. Em seu último trabalho, foi contratado estando com a pressão arterial muito acima do permitido o que o levou

em alguns meses ao Hospital Vereador José Storopoli, em Vila Maria. Um hospital geral integrante da rede pública do Município de São Paulo, gerenciado pela Universidade Federal de São Paulo e a Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina.

Mesmo tendo ficado mais de um mês de licença médica, Luiz Major voltou ao trabalho e ficou em atividade na mesma empresa entre 1976 e 1980. Não tendo condições de trabalhar, por causa do problema na pressão arterial, foi afastado durante cinco anos do trabalho tendo que retornar periodicamente a São Paulo para perícia médica alcançando a aposentadoria em 1985.

Major não gostou da idéia de se aposentar com 45 anos. Voltou em definitivo para São Sebastião do Soberbo, mas trabalhando na agricultura, na garimpagem e nas usinas de açúcar da região.

Os caminhos desse senhor solteiro até os 50 anos se cruzaram com Tiana no final dos anos 1980. Sebastiana Gomes nasceu em Alagoas, mas, aos quatro anos de idade, sua família mudou para São Paulo. Operária metalúrgica, durante boa parte do tempo em que morou na capital paulista, é participante da Igreja Protestante Assembléia de Deus desde os seis anos de idade. Foi nas festas e nos encontros promovidos pela igreja que Tiana conheceu Luiz Major, convertido desde o ano de 1965. Ela já havia recebido boas referências dele através de amigos também protestantes.

No Velho Soberbo, as festas religiosas movimentavam a comunidade. Muitas pessoas vinham de outros estados para participar das festividades. Nestes encontros o casal se conheceu e tempos depois estavam casados. Ele com 50, e ela com 40 anos de idade.

A vida no Velho Soberbo surpreendeu Tiana acostumada com o burburinho permanente da multidão na grande capital. Mas, em meio à vida campestre, a qual era a felicidade de Luiz, o casal construiu uma vida tranqüila morando em uma casa espaçosa que levou 22 anos para ser construída.

Até a chegada dos barrageiros, o casal vivia do Rio Doce e de tudo que ele podia oferecer assim como todos os moradores do povoado. E também como todos foram vítimas do desrespeito aos direitos dos atingidos.

Mudaram-se contra a vontade para a Nova Soberbo e, se, no antigo povoado, tinham uma casa com 19 colunas de madeira resistente, construída em um amplo quintal onde se plantava de tudo, agora moram em uma casa pequena cuja cozinha diminuta constringe os moradores. No pequeno espaço, nos fundos da moradia nova, o casal tenta recuperar parte da vida campestre de abundância e liberdade.

Como as casas Tipologia 06 são as maiores entre os modelos padrão e os terrenos têm o tamanho de 360m² sobrou pouco espaço para plantações, mas o casal mostra, com orgulho, o que consegue plantar oito anos depois de terem mudado de casa: pés de couve, serraia, alho, lobrobô, taioba, mamão, acerola, goiaba, laranja, uma muda de abacaxi que nunca dá resultado, mas permanece sob os cuidados do casal e um pé de cana que só foi crescer depois de dois anos que o próprio Luiz Major cavou um pedaço de terra e plantou no meio do quintal diminuto.

Mas, o pior constrangimento do casal, quando se lembram da vida no Velho Soberbo, é o fato de não terem em casa água potável para beber. No antigo povoado, tinham o Rio Doce e seus pequenos afluentes como fonte de água boa para o consumo; em Nova Soberbo, a água contaminada que chega às torneiras só é usada para serviços domésticos. Para matar a sede, eles buscam cerca de oitos litros por dia em uma mina dentro do reassentamento. Essa é uma rotina diária para quase todas as famílias comunidade.

Além do constrangimento, Luiz Major, Tiana e todos os moradores de Nova Soberbo, podem ser contaminados ao ingerir a água que chega às torneiras. A denúncia dos atingidos foi confirmada por um relatório da Divisão de Água e Esgoto da Universidade Federal de Viçosa (UFV) que, por meio do Laboratório de Controle de Qualidade da Água, divulgou no dia 24 de julho de 2009 o resultado da análise de seis amostras recolhidas para averiguação, cinco em residências e uma na mina onde os moradores buscam água.

O relatório afirma que, embora a concentração de ferro nas amostras esteja dentro dos parâmetros definidos pelo Ministério da Saúde, que é 03mg\L, os quesitos de Turbidez - características físicas da água decorrente da presença de substâncias em suspensão - e Cor Aparente - cor presente em uma amostra de água, devido a presença de substâncias dissolvidas e substâncias em suspensão - provaram que o que chega nas torneiras é impróprio para o consumo humano. Apenas a água da mina foi aprovada em todos os exames.



Moradora, que não quis se identificar, repete sua tarefa diária: buscar água potável na mina aprovada pelos exames de qualidade.

Foto: Talita Vitorino

Uma das amostras que se mostraram impróprias para o consumo estava na casa de José Antônio dos Santos, outro morador do reassentamento, amigo de Luiz Major e Tiana, e um dos responsáveis pelo matrimônio do casal. Protestante, membro da Assembléia de Deus, embora não seja participante assíduo.

José Antônio nasceu e foi criado em São Sebastião do Soberbo e assim, como Luiz Major a quem conhece desde criança, também deixou o campo e se tornou operário soldador nas principais empresas metalúrgicas em São Paulo para onde se mudou com 22 anos de idade. Ficou por lá por 27 anos. Casou pela primeira vez no final dos anos 1980, com uma conterrânea, mas sua esposa veio a falecer, e ele retornou a Santa Cruz do Escalvado em 1999 de onde não mais saiu. Hoje, está casado com a alagoana Maria Marlete dos Santos.

José Antônio retornou a São Sebastião do Soberbo exatamente na época que as primeiras sondagens eram feitas para a construção da barragem. Sua casa é uma das 26 residências da Tipologia 8, tendo área de 92m² construídos, 03 quartos, sala, cozinha, copa, banheiro e área de serviço. Um detalhe curioso e alvo de grande reclamação dos moradores é que, nessa tipologia, as cozinhas são feitas na parte frontal da casa o que aquece a residência e causa problemas para os moradores. Nenhum atingido participou do processo de escolha das tipologias e menos ainda optou pelo formato das casas.

José é uma das lideranças reconhecidas pelos atingidos em Nova Soberbo tendo sido militante do MAB durante muitos anos. É, desde o início das obras, uma importante liderança testemunha da violência e das perseguições denunciadas internacionalmente.

Promessas não cumpridas

Cada residência desta comunidade guarda preciosas narrativas. Os moradores são personagens de histórias repletas de episódios intrigantes, tristes e, não raro, inverossímeis. Carregam o absurdo da forma truculenta com que foram tratados pela CVRD e a Alcan e, posteriormente, pela Novelis. Muitas promessas foram feitas, e a principal delas é que ali haveria uma vida com mais possibilidades, sem as alegadas limitações e os “invitáveis atrasos” do mundo rural. Em si, a estrutura completamente urbanizada dessa nova comunidade é uma promessa de felicidade que não se cumpriu.

Um das exigências feitas pelos órgãos ambientais para conceder a Licença de Operação ao Consórcio Candonga foi a execução do Plano de Assistência Social (PAS). Ações que favorecessem a população buscando mitigar os impactos sociais do empreendimento. Dentro desse plano, deveria constar um Plano de Reativação Econômica (PRE) em que as empresas apresentariam alternativas para os moradores, agora sem possibilidade do garimpo, da pescaria, da captação de areia no rio e da agricultura de subsistência.

A comunidade recebeu várias propostas. Nelas, constava a destinação de 360m² extras para cada família do povoado em regime de comodato para atividades agrícolas como fruticultura, horticultura e criação de aves e pequenos animais. Além disso, foram anunciados cursos de floricultura, malharia, artesanato, pintura e outras habilidades que seriam ministrados gratuitamente para os moradores.

Muitas promessas, poucos resultados. A realização de cursos se dá de forma fragmentada, e poucas pessoas participam das atividades. E é o próprio José Antônio que aponta o morro mostrando que os galinheiros construídos pelo Consórcio estavam completamente vazios. Não há ninguém trabalhando em nenhuma hora do dia. Ele aponta para um morro porque todos os lotes “emprestados” para as famílias ficam em uma região consideravelmente inclinada. Um lugar de terras vermelhas e inférteis. Tiana e Luiz Major, já avançados em idade, não poderiam participar da proposta do Consórcio. Não há sentido em fazer dois idosos subir morros para trabalhar.



Galinheiros construídos pelo Consórcio Candonga

Foto: Thiago Alves

Após anos de disputa jurídica e reiteradas denúncias de que a Vale e a Novelis do Brasil não cumprem o exigido em lei para ter em mãos a LO, os atingidos resolveram denunciar o Consórcio e seus diretores por não respeitar os acordos firmados. O último capítulo desta história foram duas denúncias criminais protocoladas no dia 08 de outubro de 2012 por José Antônio no Ministério Público da Comarca de Ponte Nova.

A primeira foi entregue ao Promotor Curador do Meio Ambiente Umberto de Almeida Bizzo e acusa o Consórcio Candonga de ferir o Artigo 68 da Lei 9605/98 que versa sobre Crimes Ambientais. O artigo afirma que é crime *deixar, aquele que tiver o dever legal ou contratual de fazê-lo, de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental* e prevê multa e detenção de um a três para os responsáveis.

Para os atingidos o Artigo 69-A da mesma lei também foi ferido. Ele afirma que é crime *elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão*. Está previsto multa e reclusão de 3 a 6 anos.

O documento ainda reafirma que entre as principais pendências que devem ser resolvidas imediatamente pelo Consórcio é o cumprimento da Resolução do CEAS que determina a execução do Plano de Assistência Social e do Plano de Reativação Econômica bem como o fornecimento de água com qualidade à população de Nova Soberbo.

Outra denúncia enviada responsabiliza pessoalmente Sandro Magno de Figueiredo e Horta, ex-diretor do Consórcio, e Glauco Vinicius de Oliveira Gonçalves,

diretor atual. Eles são acusados de falsidade ideológica ao incorrerem no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que afirma que é crime *omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.*

Eles assim teriam procedido ao assinar um relatório da ONG Environmental Defender Law Center (EDLC) contendo informações inverídicas, sobretudo sobre os programas de reativação econômica realizados na comunidade Nova Soberbo utilizando este junto ao COPAM-ZM como comprovação do cumprimento das condicionantes. Eles apresentaram uma planilha em que afirmam que os envolvidos nos projetos tiveram grande lucratividade. Somente no projeto de aves desenvolvido nas estruturas morro acima, o rendimento total teria sido de R\$14.574,00 para os participantes, o que é negado pelos moradores. Este fato faz os diretores do Consórcio estarem enquadrados no Artigo 69-A da lei já citada acima.

Considerando o histórico de desrespeito as leis e a falta de diálogo com os atingidos, a representação criminal, se referindo aos diretores do Consórcio, afirma em sua argumentação que:

Os representados fazem uso de palavras que não correspondem ao que praticam. Tivesse um pouquinho de verdade essa filosofia da sua conduta ordinária, certamente o Consórcio não precisaria lançar mão de embustes ou relatórios com dados deliberadamente falseados, nem tampouco desprezar por completo a via do diálogo direto com as lideranças comunitárias locais para esclarecer o seu programa de trabalho e dar as provas de que não está lesando direitos líquidos daquela comunidade atingida.

José Antônio aguarda a resposta do Ministério Público e espera que, desta vez, a dívida com as famílias seja finalmente paga. Caminhando entre as casas urbanizadas, sua voz embarga ao não reconhecer a vida do antigo povoado. E, ao lembrar todas as promessas que não foram cumpridas e dos episódios de sofrimento dessa comunidade, demonstra amargura ao falar de quando o antigo povoado foi alagado e sobre as vidas ficaram submersas para sempre.

- Quando a gente viu as águas tomarem o Velho Soberbo, pensamos nos nossos mortos. Parentes que morreram sabendo que os que ficaram moravam naquele pedaço de chão. E de repente vieram águas e expulsaram todos. Naquele dia, os espíritos

pareciam vagar sobre as águas do rio represado, perdidos em busca dos que ficaram vivos e que não mais lá estavam. Estão até hoje à procura.

A narrativa dos esquecidos

Jerônimo

Separados do reassentamento Nova Soberbo, por cerca de 50 minutos de caminhada pelas margens da MG 123 que liga Ponte Nova a Rio Doce e outras localidades da região, estão as casas que formam a comunidade Jerônimo cujos moradores também tiveram a vida completamente transformada com a construção da UHE Risoleta Neves.

Todas as 45 casas abrigam famílias que sempre trabalharam lavrando a terra. Os quintais são espaçosos, mas o suficiente apenas para pequenas plantações de uso cotidiano na alimentação e no cuidado com os animais. Galinhas, patos, gansos, marrecos, além de numerosos cães e gatos que são vigília e companhia dos moradores. Em algumas propriedades, vê-se boa quantidade de cana-de-açúcar em pequenas plantações. O gado, se não está nos currais, está espalhado pela paisagem. Essa vida pacata foi profundamente marcada pela construção da Barragem de Candonga.

Não sendo donos de propriedades capazes de suportar uma grande atividade agrícola, a grande maioria dos moradores trabalhava em regime de *meia*, utilizando as terras de outros proprietários e dividindo com eles a produção. Assim produziam considerável quantidade de itens tanto para subsistência familiar quanto para o comércio na região.

Porém, no processo de construção da barragem, muitas terras férteis deixaram de produzir. A começar pelos 286 hectares que formam o lago da Usina, que em maior parte da sua extensão deixou importantes parcelas de terras produtivas debaixo d'água. Também, para a construção do reassentamento ou para o deslocamento isolado de outras famílias, foram utilizadas terras agricultáveis além de outras propriedades as quais foram adquiridas para a utilização do Consórcio na tentativa de cumprir exigências de leis de conservação ambiental.

Essa aquisição de terras foi marcada por grandes conflitos com os agricultores, e o que multiplicou a violação de direitos. No entanto, já que a linguagem das negociações era a violência e a intimidação, em Jerônimo não seria diferente.

Em uma casa espaçosa e bem cuidada, vivia Antônio Flaviano Ângelo, casado com Dona Glória e pai de oito filhos. “Seu Peixoto”, como era conhecido na região, era uma das lideranças mais ativas entre os atingidos por barragens na Zona da Mata. Participava dos encontros e atividades do MAB, em Minas e em outros estados, e tinha grande clareza do por que os trabalhadores do campo e da cidade deveriam se organizar para cobrar os seus direitos.

Em meio às tensões dos problemas ocasionados pela UHE, já em funcionamento, e que ele acompanhava bem de perto, Seu Peixoto e outros moradores do povoado foram surpreendidos em uma manhã de sábado. Era o dia 12 de fevereiro de 2005.

- Seu Peixoto, estão passando com um trator no milho do senhor.
- Como?
- Tem um trator do Consórcio dentro do milharal destruindo tudo.

Quem trouxe o recado não foram moradores de Jerônimo, mas conhecidos da cidade de Piranga que passavam pelo local.

Peixoto, tentando acreditar que aquilo não seria possível, saiu às pressas acompanhado dos outros companheiros. Entre eles, Oswaldo Conrado, agricultor hoje com 75 anos, que trabalhou boa parte da vida na Fazenda Cachoeira Alta, onde os meeiros tinham as plantações.

Quando chegaram à entrada da plantação, muitos moradores de Jerônimo já estavam ali e observavam, apreensivos, a situação. O medo e revolta eram evidentes no rosto de todos. Oswaldo, porém, não hesitou e, enquanto observava o operador indo e vindo destruindo o milharal, que estava quase a ponto de ser colhido, pulou na frente da máquina.

- O que tá acontecendo? - perguntou, assustado, o operador.
- Rapaz, o que tá acontecendo? Você tá cortando nosso milho todo!
- O milho é do senhor?
- Essa roça que tá aqui não tá na minha roça ainda não, a minha roça é lá no

fundo. - apontando sua parte da plantação que estava em outra extensão do terreno.

- Mas eu sou mandado. - respondeu o maquinista assombrado.
- Tudo bem! Você pode até ser mandado, mas vai parar com isso aí. Pare a

trator e fique por aí mesmo.

O operador tentou resistir, mas não conseguiu convencer os agricultores que, àquela hora, já estavam às dezenas. A Polícia Militar já estava mobilizada em várias viaturas. Houve tumulto e tentativa de prisões.

O Consórcio Candonga resolveu, de forma arbitrária e sem fazer qualquer tipo de comunicação com os agricultores, destruir a diversificada plantação depois de tentar uma negociação com os meeiros. Após a intervenção do MAB, os meeiros foram reconhecidos pelo Consórcio sendo oferecido uma indenização no valor de R\$200,00

para cada família. Um valor irrisório visto a quantidade de produtos plantados e a importância dessa agricultura para a subsistência das famílias de Jerônimo. Nenhuma delas aceitou. Auxiliadora Pereira, dona da Fazenda da Cachoeira Alta, interessada em ficar livre de tal embaraço, não interferiu mais nas negociações e autorizou o Consórcio a fazer uso do terreno. O uso proposto pela empresa foi destruir a plantação dos meiros.

Após este episódio, uma disputa judicial foi aberta. Os moradores continuaram a plantar nas terras da Fazenda Cachoeira Alta, agora pertencente à Vale e à Novelis. Essa não era uma simples opção dos agricultores, era uma necessidade visto que sustentavam suas famílias com a agricultura.

Após diversas audiências e reuniões, intermediadas pelo MAB e seus parceiros, foi fechado, em março de 2006, um acordo que previa o pagamento de R\$20.000 divididos entre as famílias que viviam daquele terreno. O Consórcio reconheceu que os meiros tinham a posse da terra e se comprometeu a pagar uma indenização. O valor deveria ser depositado até no dia 31 de agosto daquele ano. Os agricultores não ficaram satisfeitos, mas aguardavam receber pelo menos essa quantia para sair do terreno.

Para surpresa de todos, nenhum centavo foi depositado até o final de agosto e, no dia 12 de setembro de 2006, novamente um trator aparecia na comunidade. E novamente ela reagia.

Agora, foi a vez de Juscelino Gonçalves de Andrade, um homem de 53 anos, magro, de pele esbranquiçada e olhos castanhos e mirrados, pai de três filhos e casado com Maria da Glória Valadão. Outro atingido prejudicado e uma importante liderança do MAB.

- Ei! Pode parar! Se quiser passar o jericó passe em outro lugar, não nas nossas plantações - gritou Juscelino.

- Mas, por quê? - gritou o operador. - Me mandaram aqui para remover a terra!

- Você pode até arar, mas todas as plantas que tiverem aqui dentro você vai defender elas.

Havia mandioca, banana, maracujá, cana, pés de manga. Em setembro, próximo à primavera, o milho já tinha sido colhido.

O operador, sem saber exatamente de toda confusão envolvendo empresas e atingidos, ficou com medo diante da persistência de Juscelino. E muito assustado perguntou:

- Mas o que eu vou fazer? Se eu soubesse eu não teria vindo de tão longe! Esse jericó não é meu. Vocês vão deixar tirar o jericó? - perguntou.

- Claro, você vai embora com seu jericó, se preocupa não.

- Mas, eu tô com medo de vocês queimar o jericó.

- Não, vamos queimar jerico de ninguém, não! A nossa água boa ainda não chegou. - disse Juscelino, em tom francamente irônico, referindo-se à gasolina que ainda não havia chegado.

A tentativa do Consórcio, de mais uma vez colocar máquinas dentro das plantações dos meeiros de Jerônimo na Fazenda Cachoeira Alta, terminou com o operador contratado pelas empresas indo embora com medo de ver seu trator diminuído às chamadas. Mas, para Juscelino, a confusão só tinha começado.

No outro dia, 13 de setembro de 2006, o agricultor descansava na hora do almoço. Sua casa estava em reforma, e ele cochilava em um sofá improvisado. De repente, sua filha entra, na sala, desesperada:

- Pai, pai! Os policiais estão aí!

Juscelino tomou aquilo como brincadeira e ficou do mesmo jeito que estava ainda remoendo os acontecimentos do dia anterior. Mas, sua filha, visivelmente alterada, entrou novamente no quarto:

- Pai, pai! Só tá chegando carro de polícia! O que se o senhor vai fazer, pai?

Levanta que eles todos estão já estão na porteira!

Juscelino levantou e, olhando pela janela, viu três viaturas estacionadas na entrada da propriedade.

- Fique tranquila, minha filha! Vamos conversar com eles!

Na calma de quem tem certeza do que faz, o agricultor levantou, foi à cozinha, pegou fumo e papel, enrolou calmamente. Acendeu, pitou, pegou o chapéu e saiu ao encontro dos policiais. Seu coração tremia, mas ela já sabia a quem recorrer.

- Que Deus abra meu caminho, rezava ao subir em direção à porteira.

Os 17 soldados que o esperava receberam boas-vindas do agricultor e demonstraram grande surpresa ao ver o pacato homem que os acolhia. Um deles falou entre gargalhadas:

- Mas, não é como falaram prá gente, não!

Certamente tinham dito que aquele mirrado homem era uma figura perigosa.

- Vamos chegar cá prá sombra, o sol tá quente. A gente conversa, tomar uma água fria...

Os policiais não aceitaram o convite. Estavam visivelmente desconcertados com a tranquilidade do dono da casa. Pausadamente e tentando falar como manda o protocolo, os policiais se justificaram:

- Nós fomos designados para vir aqui. O Consórcio Candonga nos passou a informação, via juíza de Ponte Nova, que, nesta semana, veio um trator trabalhar nas terras que pertence às empresas Vale e Novelis e vocês impediram o trator de trabalhar.

- Perfeitamente! Brecamos mesmos! – disse, imediatamente, Juscelino aos policiais. Explicou que impediram o trator de trabalhar nas áreas em que eles tinham plantação e que não iriam deixar que a lavoura fosse destruída novamente.

Os policiais continuaram a conversa argumentando que havia uma ordem judicial expedida em Ponte Nova autorizando o Consórcio se utilizar do terreno.

Por essa hora, chegou, à propriedade, Seu Peixoto, o que deu mais segurança a Juscelino. Peixoto cumprimentou os policiais, mas apenas acompanhou em silêncio a argumentação de Juscelino que retrucou argumentando que havia um acordo com o Consórcio e que a indenização deveria ser paga até dia 31 de agosto. Explanou sobre todas as reuniões que já haviam acontecido e que eles tinham a emissão de posse da terra dada pelas próprias empresas.

Os policiais, depois de muita conversa, aceitaram a argumentação. Dizendo que iam se informar mais sobre o assunto, foram embora da propriedade.

Desde então, diversas audiências de conciliação foram realizadas e outros acordos foram feitos. O Consórcio não depositou os valores do acordo inicial, mas pagou outras quantias compensatórias às famílias que produziam na propriedade. A emissão de posse feita pelo Consórcio reconhecendo a existência dos meeiros foi revogada para as famílias que aceitaram o acordo de conciliação. Somente um agricultor se negou a desistir da posse da terra: Juscelino, liderança do MAB na comunidade que até hoje mantém cabeças de gado dentro da propriedade do Consórcio sendo ainda incomodado periodicamente por policiais.

Ele não sai por necessidade de manter sua família e por ter clareza de que nenhum acordo compensatório resolverá o problema dos agricultores cuja maior reivindicação até hoje junto ao Consórcio Candonga é terra para nela plantar.

Infelizmente, o tempo passou e alguns militantes não viveram o suficiente para continuar a luta dos atingidos deixando a tarefa para seus companheiros. Antônio Flaviano Ângelo, o Seu Peixoto, é um deles. Morto em 2009, depois de enfrentar durante anos uma doença incurável, deixou para a família e para os vizinhos a tarefa de continuar a luta pela terra, pelo respeito à dignidade humana e à preservação do meio ambiente. Um militante celebrado como exemplar e mantido vivo na memória de todos.

Enquanto isso, a antiga fazenda Cachoeira Alta, pertencente hoje à Vale e à Novelis é tomada pela paisagem vazia do imenso capim esverdeado.

Santana do Deserto

Esse drama dos atingidos de Jerônimo é basicamente o que se repete em todas as outras comunidades prejudicadas pela UHE Risoleta Neves. A tomada das terras férteis modificou profundamente a dinâmica econômica e cultural das cidades de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado onde, historicamente, a principal atividade econômica

era a agricultura de subsistência. Sobretudo dos que não tendo terras, serviam-se de outras propriedades para sobreviver.

A grande maioria dessa gente não foi reconhecida sequer como atingida e nunca foi considerada pela empresa, de fato, como portadores de direitos. A ampliação do conceito de atingido sempre partiu do MAB e seus parceiros e nunca foi acolhida pelo Consórcio.

Nessa lista dos não reconhecidos está Santana do Deserto, uma comunidade centenária hoje com 62 casas e cerca de 300 moradores. Foi, nessa localidade, que começou o povoamento dessa região com a construção de uma primitiva capela no ano 1745 e onde hoje se realiza entre os dias 23 e 26 de julho de cada ano a Festa de Nossa Senhora de Santana que atrai cerca de 4 mil pessoas a localidade. Uma igreja, com essa padroeira, é o único templo religioso do local.

Distante 18 km de Rio Doce e do reassentamento Nova Soberbo, Santana está situada abaixo do muro da barragem construído a 5 km das casas.

Além de ficarem todo o tempo alertas por ter uma barragem de concreto que segura bilhões de litros de água concentradas em um lago 8,5 km de extensão, os moradores de Santana do Deserto reclamam até hoje que o Consórcio Candonga reconheça os impactos que obra causou em suas vidas.

Rachaduras nas paredes, janelas quebradas, infiltrações, muros caídos. Esse foi o resultado do intenso tráfego de carros e caminhões que carregavam todos os materiais de construção da barragem e diariamente passavam dentro da comunidade. Igualmente as estradas ficaram em péssimas condições, o que dificultou o acesso dos moradores à cidade de Rio Doce e a outras localidades.

É notório que uma obra do porte desta UHE, que, em julho de 2003, empregava 859 pessoas somente nas atividades de construção civil, realmente movimentava grande quantidade de materiais e equipamentos.

O prejuízo histórico e financeiro foi imenso visto que os próprios moradores tiveram que pagar pelos estragos. Após uma denúncia feita pelo MAB, o Consórcio fez um estudo para contestar que era o empreendimento o causador dos problemas. A empresa contratada foi a Consultoria Vaz e Mello que concluiu que as rachaduras existiam porque as casas eram antigas e mal construídas conforme afirma um relatório técnico da FEAM divulgada em agosto de 2004. A própria FEAM contestou o documento da empresa e solicitou outro estudo sobre o problema.

Essa disputa de versões sobre de quem seria a responsabilidade dos prejuízos não mudou o fato de que os estudantes de Santana do Deserto não acompanharam as aulas em Rio Doce no período de chuvas de 2004 por causa das péssimas condições das

estradas. Esse fato é comprovado por uma declaração feita no dia 11 de fevereiro de 2004 pelo Professor Lino Ângelo da Silva Filho, então diretor da Escola Maria Amélia em Rio Doce, conforme apresenta o *Relatório Atingidos e Barrados* na página 49.

- Declaramos para os devidos fins que se fizerem necessários que este estabelecimento de ensino – Escola Estadual Maria Amélia do Rio Doce - desde que principiou as aulas e também as chuvas neste ano de 2004 não tivemos a presença de alunos da zona rural de Santana do Deserto e do povoado de São Sebastião do Soberbo devido à falta de tráfego dos ônibus escolares como consequência da má condição destas estradas; esclarecemos também que em outros tempos em épocas de chuvas, antes das obras do Consórcio, os problemas das estradas não eram tão agravantes.

Essa declaração confirma a denúncia feita pelos atingidos de que a construção da barragem teve impactos significativos na vida dos moradores dessa comunidade e de toda região, visto que os estudantes de São Sebastião do Soberbo também foram prejudicados não tendo condições de ir à aula naquele início de semestre letivo de 2004.

Ao longo dos anos que se passaram, a comunidade acumula dificuldades. O único transporte diário que liga Santana ao meio urbano é o ônibus escolar da Prefeitura de Rio Doce que transporta os estudantes para irem às aulas na cidade e cuja população local aproveita para se locomover na região. Não há sinal de telefonia móvel em nenhuma das casas da comunidade. O único sinal disponível está apenas a 3 km da cidade. O aparelho de telefonia pública instalado é a forma mais rápida de comunicação em casos de urgência. É comum que os moradores sejam comunicados de acontecimentos ou atividades por meio de recados enviados por conhecidos no ônibus escolar.

Um problema estrutural que se repete em todas as comunidades atingidas é a falta de terras para o plantio e a conseqüente ausência de atividades de geração de renda. Todos os moradores de Santana do Deserto viviam da agricultura de subsistência, do garimpo e da pesca. Porém, o lago da barragem também prejudicou essas atividades. Como ocorrido, nas demais localidades, as terras utilizadas pelos agricultores, em sua maioria no regime de *meia*, ou foram compradas pelo Consórcio ou foram inundadas pelo lago. Como as atividades informais de geração de renda não foram reconhecidas pelas empresas, dezenas de famílias ficaram desamparadas e sem indenização. A pesca, o garimpo e outras atividades historicamente estabelecidas como fonte de renda e permanência das famílias junto ao Rio Doce tornaram-se praticamente inexistentes.

Enquanto isso, as famílias enfrentam a fúria das águas. Desde 2004, é notório o risco a que as famílias estão expostas devido às variações do rio depois do enchimento do lago. Nas chuvas do início de 2012, as águas atingiram duas casas da comunidade, e os moradores denunciam que as margens que o lago da Usina vem avançando sobre as encostas e colocando em risco a estabilidade das moradias, já prejudicadas ao longo da construção da barragem.

Enquanto isso, a Vale e a Novelis afirmam que já cumpriram seus compromissos com a comunidade e que nada têm a resolver com os moradores. A única providência tomada, em mais de 10 anos de disputas, foi o calçamento da comunidade e a construção de uma pequena praça. Obra que ficou inconclusa e não resolveu o problema dos moradores.

IV

Barragens no Brasil: energia para que e para quem?

Estão gerando energia, pode ser ilusão. O povo paga conta e tem medo de pagão. Usa o sol, água, o vento e o carvão, querendo fazer barragem dizendo ser solução.

Ê, ê, ê energia, é um bem da humanidade, não é mercadoria.

Ê, ê, ê energia, é um bem da humanidade, não é mercadoria.

Deve estar a serviço da soberania.

Trecho da música *Energia para que e para quem?*. Composição de Jadir Bonacina, militante do MAB, e Valter da Silva, membro do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)

Barragens: lucro de grandes empresas e violação sistemática dos direitos

Vale: a pior empresa do mundo

Os episódios relatados aqui demonstram diversas contradições e deixam muitas dúvidas e inquietações em quem apura esses acontecimentos. Por que será que empresas, tão poderosas, líderes mundiais de seus segmentos de atuação, conseguem enumerar tamanhos casos e descasos? Transnacionais que estão à frente em diversos *rankings* internacionais de lucratividade permitem que famílias cheguem a tal ponto de abandono e precariedade material e acumulem, ao longo dos anos, dezenas de violações de direitos humanos. Entre eles, o desaparecimento de um trabalhador rural dentro de um canteiro de obras sem que nenhuma satisfação realmente relevante tenha sido dada a família há mais de nove anos à espera de respostas.

Uma das proprietárias da UHE e responsável direta por estas violações detendo 50% do Consórcio Candonga é a Vale, chamada até novembro de 2007 de CVRD. Criada no governo de Getúlio Vargas, no ano de 1942, permaneceu nas mãos do Estado brasileiro até ser privatizada em 1997 por Fernando Henrique Cardoso em seu programa de desestatização passando a ser de capital aberto.

A venda da mineradora foi envolvida por diversas polêmicas amplamente debatidas como acusações de vícios do edital e distorções nos critérios e no processo de avaliação da empresa que foi vendida por R\$3,3 bilhões, valor baseado nas ações multiplicado pelo percentual das ações preferenciais para venda. As reservas minerais e as 54 empresas que formavam o grupo não foram avaliadas. No ano seguinte, a CVRD anunciou um lucro de cerca R\$ 1 bilhão, 46% maior que no ano anterior. Em 1999, teve um faturamento de R\$ 4,4 bilhões e lucro de R\$ 1, 251 bilhão.

Em 2007, movimentos sociais e sindicais de todo o Brasil realizaram, entre os dias 1º e 07 de setembro de 2007, o Plebiscito Popular *A Vale é Nossa* sendo que mais de 3 milhões e 700 mil de pessoas votaram pela reestatização da empresa. Apesar disto, ela ainda permanece em mãos privadas sendo alvo de inúmeras denúncias de violações de direitos em todos os locais onde possui empreendimentos.

Ao longo de mais de 10 anos, a Vale foi comandada por Roger Agnelli, eminente executivo do Banco do Bradesco que, após a privatização, se tornou majoritário no comando da mineradora. Durante esse tempo, a empresa se tornou líder internacional na produção de minério de ferro e a segunda de níquel tendo negócios em

38 países nos mais diversos ramos da economia, entre elas a energia. Por meio da subsidiária *Vale Energia*, a Vale é proprietária de nove UHEs e quatro PCHs: Machadinho, em Santa Catarina; Igarapava, em São Paulo; Amador Aguiar I, Amador Aguiar II, PCH Turerê, PCH Glória, PCH Melo, PCH Nova Maurício, as usinas de Porto Estrela, Funil e Eliezer Batista, conhecida como barragem de Aimorés e a Usina Hidrelétrica Risoleta Neves, todas estas em Minas Gerais.

Atuando também na siderurgia, na logística e na agricultura, com a produção de fertilizantes, a Vale obteve R\$ 6,7 bilhões de lucro líquido no primeiro semestre de 2012. Em 2011, atingiu o maior lucro anual entre empresas brasileiras: R\$ 37, 814 bilhões.

Mas, a empresa não coleciona apenas cifras bilionárias. Ela procede de forma similar em todas as comunidades em que tem empreendimentos instalados, desrespeitando sistematicamente os direitos humanos, precarizando o trabalho e destruindo o meio ambiente, como prova sua atuação na região de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado. Por isto foi considerada a pior empresa do mundo no início de 2012 na votação do prêmio *Public Eye Award*. Criado em 2000, ele é concedido anualmente à empresa escolhida por voto popular pela internet em função de problemas ambientais, sociais e trabalhistas causados por seus empreendimentos. O prêmio é entregue durante o Fórum Econômico Mundial, na cidade suíça de Davos.

Concorrendo com a Barclays, a Freeport, a Samsung, a Syngenta e a Tepco a Vale foi eleita por 25.042 votos por meio do site <http://www.publiceye.ch>. A indicação para o prêmio foi da organização brasileira Rede Justiça nos Trilhos e as ONG's Amazon Watch e International Rivers, parceiras do Movimento Xingu Vivo para Sempre, que lutam contra a construção da Usina de Belo Monte, a terceira maior do mundo, barragem em que a Vale é uma das sócias. Essa participação no Consórcio Norte Energia, construtor de Belo Monte, foi uma dos principais motivos da indicação.

Novelis: o gigante indiano no Brasil

Os outros 50% do Consórcio Candonga pertencem hoje à Novelis Inc., a siderúrgica líder no mercado mundial de bobinas e responsável por 19% de produtos laminados em alumínio no mundo. Conforme já relatado, a primeira dona dessa fatia foi a EPP que, em maio de 2001, formou o Consórcio Candonga com a então CVRD. Em outubro de 2001, a EPP vendeu por mais de US\$7 milhões sua parcela na barragem para a Alcan, grande transnacional da siderurgia que, depois, transferiu sua cota para a Alcan Brasil, subsidiária brasileira do grupo.

Em 2005, ano da inauguração da Usina Hidrelétrica, surgiu a Novelis Inc., sediada em Atlanta, no estado da Geórgia, Estados Unidos, como um ramo independente da Alcan que havia passado por grande reestruturação internacional de seu variado parque de negócios ao adquirir em 2003 a Pechiney S.A.

No ano de 2007, a Novelis Inc. foi comprada pela indiana Hindalco Industries por US\$ 6 bilhões; pagou US\$ 3,6 bilhões em dinheiro e assumiu US\$ 2,4 bilhões em dívidas da empresa. Tornou-se líder global em laminados e reciclagem de latas de alumínio tendo a Novelis como subsidiária integral. Fornece chapas e produtos de folha laminadas para toda a América do Norte, Europa, Ásia e América do Sul, além de ser líder na produção de cobre.

Na produção de energia, a Novelis é proprietária de dezenas de barragens, muitas delas concentradas na Zona da Mata de Minas Gerais devido ao funcionamento de sua sede em Ouro Preto. Além de UHE Risoleta Neves, a Novelis é dona da PCH Brito e PCH Brecha também no Rio Piranga; da PCH Fumaça, no Rio Gualaxo do Sul entre Diogo de Vasconcelos e Mariana; da PCH Furquim também no município de Mariana, além das PCHs Salto, Funil, Caboclo e Prazeres em Ouro Preto. Todos esses empreendimentos ajudam a manter suas atividades, sobretudo na unidade de Ouro Preto.

Sendo mais uma peça de um imenso quebra-cabeça industrial, a Hindalco Industries, por sua vez, é membro e principal empresa do Grupo indiano Aditya Birla, um conglomerado industrial que movimenta US\$35 bilhões por ano com operações em 36 países onde emprega 133 mil pessoas de 42 nacionalidades. Somente a Novelis Inc. informou movimentação de US\$ 10,6 bilhões no exercício fiscal de 2011 operando em 11 países empregando cerca de 10 mil pessoas. Entre seus clientes, figuram grandes empresas transnacionais dos mais variados ramos do comércio e da indústria

amplamente conhecidas. Entre elas a Audi, a BMW, a Coca-Cola, a Fujifilm, a Ford, a Jaguar, a Kodak, a LG, a Rexam, a Samsung e a Tetra-Pak.

Violação de direitos na construção de barragens no Brasil: uma questão estrutural

Não ser coerente que duas grandiosas empresas internacionais que movimentam bilhões de dólares em lucros anuais possam deixar em desamparo centenas de atingidos por barragens como ocorre na UHE Risoleta Neves. Como se pode averiguar, o “desenvolvimento” prometido não chegou para todos em Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e em nenhuma outra parte dessa região da Zona da Mata de Minas Gerais.

Essa mesma constatação pode ser estendida para todas as barragens construídas no Brasil. Construção de barragens significa violação de direitos humanos. Não se trata de uma generalização sem critério. Essa foi a conclusão do Estado brasileiro, quando divulgou, no dia 22 de novembro de 2010, uma resolução do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), órgão colegiado ligado à Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, que afirma haver um padrão de violação dos direitos humanos na construção de barragens no Brasil.

O Conselho acolheu um total de 74 denúncias feitas pelo MAB e por outras organizações relativas à construção de barragens para produção de energia, para consumo humano, contenção de enchentes, etc., entre empreendimentos privados e públicos. Dessas denúncias, foram selecionadas sete obras, e o Conselho acolheu o acompanhamento desses empreendimentos a fim de produzir um relatório sobre a violação de direitos nessas construções. A metodologia utilizada foi realizar visitas *in loco* durante as quais foram feitas audiências públicas para ouvir diferentes grupos e instituições e consultados documentos oficiais, estudos acadêmicos, pesquisas dirigidas a empresas e agências governamentais, entre outras atividades de levantamento.

A comissão designada para a investigação foi chamada de *Comissão Especial “Atingidos por Barragens”* e era formada por oito pessoas entre representantes do MAB, da Câmara dos Deputados, do Instituto de Pesquisa Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); do Ministério Público Federal, do Ministério de Minas e Energia, do Ministério do Meio Ambiente e um membro da Defensoria Pública da União.

Durante quatro anos, as seguintes obras foram acompanhadas: **Usina Hidrelétrica de Tucuruí**, construída no Rio Tocantins, no município de Tucuruí, a cerca de 300 km ao sul de Belém, capital do Pará, a maior usina 100% brasileira; a **Usina Hidrelétrica de Cana Brava** também construída no Rio Tocantins, no estado de Goiás, entre os municípios de Minaçu, Cavalcante e Colinas do Sul; **Usina Hidrelétrica de Foz do Chapecó**, construída no Rio Uruguai entre os municípios de Águas de Chapecó (SC) e Alpestre (RS); **Usina Hidrelétrica Eliezer Batista**, conhecida como **Barragem de Aimorés**, empreendimento construído no Rio Doce atingindo áreas dos municípios mineiros de Aimorés, Itueta e Resplendor; **Barragem de Acauã**, inaugurada em 2002 com o objetivo de reforçar o abastecimento de água na cidade Campina Grande na Paraíba; **Pequena Central Hidrelétrica de Emboque PCH**), construída no Rio Matipó entre Raul Soares e Abre campo, e a **Pequena Central Hidrelétrica de Fumaça (PCH)**, empreendimento construído no Rio Gualaxo do Sul entre Mariana e Diogo de Vasconcelos.

O resultado dos trabalhos da comissão deixou exposta uma série de violações de direitos fundamentais garantidos na Constituição Brasileira, em Tratados Internacionais e na própria legislação ambiental responsável por ordenar a instalação desses empreendimentos.

O relatório final aponta o desrespeito ao direito de informação com omissão ou recusa das empresas responsáveis ou dos órgãos fiscalizadores em fornecer aos atingidos dados claros sobre o processo de construção das hidrelétricas. Inclui-se aqui falta de assessoria jurídica, uso de linguagem técnica inacessível ao público de não especialistas, fornecimento de informações contraditórias ou, mesmo, falsas, etc.

Também foi apontado que há uma definição restritiva e limitada do conceito de atingido que não considera outros impactos para além daqueles causados pela água diretamente; ignora ou omite especificidades socioeconômicas e culturais das populações atingidas e despreza necessidades particulares de grupos sociais mais vulneráveis como, por exemplo, idosos e pessoas portadores de necessidade especiais.

O relatório, por fim, apresenta uma lista de 16 direitos que ele afirma ser sistematicamente violados e afirmando ser um comportamento padrão em todos estes empreendimentos:

1. *Direito à informação e à participação;*
2. *Direito à liberdade de reunião, associação e expressão;*
3. *Direito ao trabalho e a um padrão digno de vida;*
4. *Direito à moradia adequada;*
5. *Direito à educação;*
6. *Direito a um ambiente saudável e à saúde;*
7. *Direito à melhoria contínua das condições de vida;*
8. *Direito à plena reparação das perdas;*
9. *Direito à justa negociação, tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados;*
10. *Direito de ir e vir;*
11. *Direito às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais;*
12. *Direito dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais;*
13. *Direito de grupos vulneráveis à proteção especial;*
14. *Direito de acesso à justiça e à razoável duração do processo judicial;*
15. *Direito à reparação por perdas passadas;*
16. *Direito de proteção à família e a laços de solidariedade social ou comunitária.*

A Usina Hidrelétrica Risoleta Neves se enquadra perfeitamente nas constatações deste relatório. A instalação dessa barragem mostrou a fraqueza e a ambigüidade dos órgãos públicos e a forma completamente condenável com que duas corporações transnacionais da siderurgia e da mineração se relacionaram com os atingidos. O Relatório Final da *Comissão Especial “Atingidos por Barragens”* aponta que essas mesmas empresas possuem o mesmo comportamento em outros empreendimentos. Vide que a Novelis Inc. é a proprietária da **Pequena Central Hidrelétrica de Fumaça**, e a Vale é sócia da Cemig na propriedade **Usina Hidrelétrica de Aimorés**, ambas estudadas neste relatório.

Os atingidos por barragens em luta

Este trabalho traz apenas algumas facetas deste grande empreendimento. Fragmentos que recontam a sucessão de arbitrariedades, de violações de direitos, de irregularidades de toda ordem que permeou estes mais de 12 anos que Santa Cruz do

Escalvado e Rio Doce vivenciam um conflito tornado permanente. Infelizmente, não é possível, nestas curtas linhas, fazer um apanhado completo dos acontecimentos. Cada morador dessa região se torna um personagem de múltiplos episódios, de variadas narrativas que poderiam ser contadas com tranquilidade em livros-reportagem mais completos que este.

Porém, uma questão fundamental há que se lembrar e fazer justiça. Nesse período, em meio ao grande esforço do Consórcio Candonga em promover um processo de cooptação, de desorganização, de perseguições e ameaças, os atingidos sempre, de alguma maneira, levantaram a voz e se organizaram. Nesse sentido, o MAB foi fundamental. Nesse período, foram realizadas ocupações, acampamentos, marchas, passeatas, seminários, cursos cuja tarefa principal era mobilizar e manter os moradores dessa região permanentemente informados sobre seus direitos. Isso ajudou a criar um enfrentamento direto contra os desmandos do Consórcio Candonga e fez os atingidos alcançar muitas conquistas.

O MAB é um movimento social organizado em 16 estados brasileiros. Sua origem está no processo de instalação das grandes barragens no Brasil, sobretudo, durante o período da Ditadura Militar, entre elas a UHE Tucuruí; a UHE Itaipu Binacional, maior usina do mundo erguida no Rio Paraná entre o Brasil e o Uruguai; UHE Sobradinho, feita no Rio São Francisco, na Bahia, e a UHE Itaparica, construída em Pernambuco.

Em cada uma dessas regiões, os atingidos se organizavam em comissões nas quais discutiam suas pautas, denunciavam a violação de direitos e promoviam grandes mobilizações. Por exemplo, na região sul do país, foram organizadas a CRAB (Comissão Regional dos Atingidos por Barragens) e a CRABI (Comissão Regional dos Atingidos do Rio Iguaçu). No Nordeste, os atingidos fizeram a CAHTU (Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí).

As mobilizações se davam de forma fragmentada e em torno de pautas econômicas como a indenização em dinheiro com valores justos ou a reivindicação pela terra, o reassentamento dos atingidos como algo primordial. Muitas conquistas foram alcançadas durante este período, porém, a fragmentação em diversas comissões, cada uma com sua diretriz, enfraqueciam o movimento.

Por isso, houve grande esforço de unificar os atingidos durante os anos 1980 com a realização de congressos e encontros nacionais até que, em março de 1991, durante o **I Congresso dos Atingidos de todo o Brasil**, tomou-se a decisão de criar o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Este deveria ser um movimento nacional, popular e autônomo, com a tarefa de organizar e articular as ações contra as barragens a partir das realidades locais, à luz dos princípios deliberados pelo Congresso. O dia 14 de março foi instituído como o **Dia Nacional de Luta Contra as Barragens**, sendo celebrado em todo o país.

Essa decisão de unificar a luta contra as barragens em todo o Brasil foi fundamental na organização dos atingidos, sobretudo no período do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso que promoveu um amplo processo de privatização do setor elétrico brasileiro e piorou de forma significativa os impactos na vida dos atingidos por barragens com o aprofundamento do processo de violação de direitos. O MAB, nesse período, foi desafiado a superar suas concepções já consideradas limitadas e avançar das pautas meramente econômicas para a proposição de um novo projeto político para o campo da energia.

Essa decisão foi tomada depois de ampla discussão em todo o país até março de 2006, quando da realização do **2º Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens**, em Curitiba, no estado do Paraná. Nesse encontro, estavam presentes 1200 atingidos de todo o Brasil que reafirmaram o caráter nacional do MAB, a importância das especificidades regionais e o caráter popular, sindical e político do Movimento. Um novo grito de ordem seria ecoado por todo o Brasil a partir daquele momento: **ÁGUA E ENERGIA NÃO SÃO MERCADORIAS!**

Compreendeu-se que tanto *água* quanto *energia* são bens essenciais para a vida das pessoas e para a sociedade, e, por isso, devem ser um bem público. Não podem ser privatizados e se tornar fonte de lucros de alguns em detrimento da maioria. E foi reforçada a necessidade de fortalecer a luta pela efetivação dos direitos dos atingidos em todo o Brasil passando pela luta pela indenização e conquista da terra. Mas, sempre avançando no sentido de que é preciso construir um Projeto Energético Popular, uma alternativa ao atual modelo energético brasileiro que, embora seja rotulado de “limpo e sustentável”, é marcado estruturalmente por destruição ambiental e violação dos direitos

humanos conforme atesta o relatório do Conselho de Defesa dos Direitos das Pessoa Humana.

É nessa perspectiva que o MAB vem trabalhando em todas as regiões do país com a missão de recuperar a dignidade e a auto-estima destroçada durante tantos anos de humilhações; de refazer permanentemente a denúncia das violações de direitos e da pobreza e abandono provocados por estes empreendimentos; de organizar e despertar a consciência emancipadora que faça com que esses homens e mulheres reassumam o protagonismo na resistência contra os desmandos de forasteiros.

E como uma tarefa política fundamental, resgatando o caráter simbólico da memória da luta popular, não permitir que personagens lutadores como Dona Deja, Luiz Major, Tiana, José Antônio, Juscelino, Dona Glória, Seu Peixoto, João Caetano dos Santos e tantos e tantos outros espalhados nas cidades de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, sejam esquecidos nos labirintos insondáveis da história. Esse é o trabalho do MAB, com esforço contínuo, a qual se dedica todos os dias organização.